

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN)
Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas

Lavínia Coutinho Cardoso

Revolta Negra na Freguesia de São José do Queimado:
escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província
do Espírito Santo (1845 – 1850)

Vitória
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LAVÍNIA COUTINHO CARDOSO

Revolta Negra na Freguesia de São José do Queimado:
escravidão, resistência e liberdade, no século XIX, na província
do Espírito Santo (1845 – 1850).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas. Orientador: Prof. Dr. Geraldo Antônio Soares.

VITÓRIA
2008

Lavínia Coutinho Cardoso

Revolta Negra na Freguesia de São José do Queimado: escravidão,
resistência e liberdade, no século XIX, na província do Espírito Santo
(1845 – 1850).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2008.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Antônio Soares
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof^a. Dr^a. Nara Saletto
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

Prof^a. Dr^a. Sônia Barreto
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro

C268r Cardoso, Lavínia Coutinho, 1967-
Revolta negra na Freguesia de São José do Queimado :
escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do
Espírito Santo (1845–1850) / Lavínia Coutinho Cardoso. – 2008.
107 f. : il.

Orientador: Geraldo Antônio Soares.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Revoltas. 2. Liberdade. 3. Escravidão – Movimentos anti-
escravagistas. 4. Espírito Santo (Estado) – Século XIX. I. Soares,
Geraldo Antônio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

*À minha mãe.
Aos ancestrais que ousaram no sonho da liberdade.
À Olorum e aos Orixás que dão significado à minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos professores do programa de Pós-graduação em História, em especial ao meu orientador, o prof. Geraldo Antônio Soares, pela paciência e pela dedicação ao longo da confecção desse trabalho. Ao prof. Gilvan Ventura da Silva, pela sempre imediata disponibilidade a qualquer sinal de dúvida. Aos professores membros da banca de qualificação e da banca examinadora, por participarem desse momento tão importante na minha trajetória acadêmica. Ao professor Dr. Paulino de Jesus, da Universidade Estadual de Santo Catarina, pelas indicações bibliográficas e pela ajuda na condução do trabalho. À professora Clara Miranda, da UFES, pela disponibilização das fontes iconográficas. À professora e mestra de yoga, Ângela Vescovi, pelo apoio, pelo amor e pela firmeza.

Aos funcionários da secretaria do mestrado, ao estagiário Heron, pela presteza em auxiliar-me todas as vezes em que precisei.

Aos funcionários da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, em especial à bibliotecária Martha, da seção Coleções Especiais, pela ajuda e pela paciência.

Aos amigos dos tempos de graduação - Gustavo Forde, Sérgio Baptista e Suely Carvalho - pela força e pelas palavras sempre animadoras. À amiga e professora da Universidade de Brasília Edileuza Penha de Souza, pelo incentivo e pela contribuição nesse trabalho. Ao Igor Vitorino e à Miriam Cardoso, com quem pude repartir minhas incertezas e minhas dúvidas na condução do trabalho. Ao Sr. João Luiz Castello, pelo empréstimo de livros e de textos sobre o município da Serra.

Aos colegas de curso Enaile Flauzina Carvalho, Juliana Simonatto, César Guedes, Rodrigo Goularte e Washington Siqueira, com que tive o prazer de conviver durante o mestrado.

Aos amigos-irmãos Antônio Marcos, Juliana Duarte, Ricardo Daher, Ronaldo Domingues, Tatiana Pasolini, Aleksandro, Bernadete Mercandelli, Saskia Sá e

Messias Tadeu Capistrano, bem como todos aqueles que, com palavras e com gestos de carinho, conduziram-me a esse momento.

Finalmente, quero agradecer à minha família: à minha mãe, pelo exemplo, ao meu pai, que, mesmo em silêncio, sempre acreditou no meu sonho, ao meu irmão e melhor amigo Luciano, pelo incentivo.

Lavínia Coutinho Cardoso

RESUMO

A Insurreição do Queimado é resultado da construção de processo político de conquista da liberdade, em busca da carta de alforria. As variadas formas de resistência negra à escravidão, como fuga, formação de quilombos, assassinato de senhores e as insurreições, nos revelam as contradições existentes na sociedade do século XIX. Mesmo na condição de cativos, no século XIX, os negros paulatinamente foram conquistando alguns espaços de liberdade, a terem, inclusive, uma hierarquia informal entre eles, com lideranças capazes de arregimentar pessoas para o trabalho e de negociar com as autoridades locais, quer fosse sacerdote da igreja católica, quer fosse seu senhor. A rede de ações que antecede ao dia 19 de março de 1849 se traduz no que denominamos sincopa libertária, na medida em que estabelece uma negociação pela liberdade, nos espaços de improviso do cotidiano, e exercita o diálogo como forma de fazer ou de promover políticas emancipatórias. A libertação em troca dos préstimos na construção de uma igreja católica e a negociação diante do impasse criado pelo pároco resultaram em uma ação violenta, por parte dos escravos, como meio de garantir a liberdade. Isso acabou por culminar na prisão e na fuga dos negros, diante da ação das forças repressoras da polícia local. Para os escravizados do Queimado, esse fato significou possuir a Carta de Alforria, ou seja, sair da condição jurídica de cativo para tornar-se dono de sua liberdade, nos termos do que esta significa no séc. XIX.

ABSTRACT

The insurgency Queimado is the result of the construction of the political process of conquest of liberty in search of the letter of manumission. The various forms of black resistance to slavery and scape, the formation of quilombos, murder of you and uprisings is showing the contradictions in society of the nineteenth century. Even in the condition of prisoners of war in the nineteenth century the blacks came gradually gaining some areas of freedom, and even an informal hierarchy between them, with leaders able to regiment people to work and negotiate with local authorities, whether it be the Catholic priest or its sir. The network of shares before the March 19, 1849 is reflected in what we call syncope libertarian in that it establishes a dialogue to negotiate the freedom of improvisation in the spaces of daily life, exercises and dialogue as a way to make or promote policies emancipating. The freedom in exchange for loans in building a Catholic church, the negotiation before the impasse created by the parish priest, resulted in a violent action on the part of slaves as a means of ensuring the freedom, which resulted in the imprisonment and escape before the action of forces repressor as local police. For those of enslaved blacks Queimado that means having the Charter of Alforria; or leave the legal condition of captive to become owners of their freedom in terms of what this means in the sixth century XIX.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I	20
1.1 – Insurreição do Queimado: memória e historiografia	21
1.2 – A construção da ordem pública na fala de presidentes da província do Espírito Santo (1845- 1850)	32
1.3 – Os números da população escrava na província do Espírito Santo, nos Oitocentos.	45
Capítulo II	51
2.1 – Escravidão, liberdade e resistência no sudeste do Brasil, nos Oitocentos.	52
2.2 – Espaços de liberdade na província do Espírito Santo.	62
2.3 – Aspectos geográficos da comarca de Vitória, no século XIX.	70
Capítulo III	75
3.1 – A construção da Matriz na Freguesia do Queimado (1845-1849).	76
3.2 – A negociação como micro-política: trabalhadores escravos do Queimado.	83
3.3 – Alforria e insurreição, em 19 de março de 1849.	89
Capítulo IV	99
4.1 – Considerações Finais.	100
4.2 - Fontes e Bibliografia.	102

INTRODUÇÃO

A dissertação que a partir de agora apresento é fruto de estudo iniciado ainda na graduação, no ano de 1988, em que eu era bolsista de Iniciação Científica / MEC/ CNPQ. Orientanda do professor Ms. Cleber Maciel¹, eu iniciei meus estudos tendo, por objeto de estudo, o negro, e, como recorte, a religiosidade de matriz africana, na Grande Vitória². Ao longo dos anos, o recorte mudou; contudo, o objeto de pesquisa permaneceu o mesmo - a presença do elemento negro no Brasil e as questões que a norteiam.

Esse trabalho tem, como temática central, a escravidão e os significados da liberdade para os escravos envolvidos na Insurreição do Queimado. Tem-se estabelecido, como recorte temporal, o período que vai de 1845 a 1850. Tal recorte se justifica por ser 1845 o ano do início da construção da igreja (palco da insurreição) em homenagem a São José, na então freguesia do Queimado, sob a supervisão do missionário capuchinho frei Gregório Maria de Bene, e 1850 ser o ano em que os principais líderes da Insurreição são condenados e sentenciados à morte.

A escravidão moderna é um dos temas mais estudados da história do Ocidente, em seus vários aspectos; essa vem sendo alvo de interesse de historiadores americanos, do norte e do sul, de europeus e, recentemente, de africanos, que têm se dedicado à pesquisa-lá. No Brasil, o período escravista impregnou todos os aspectos do cotidiano; logo, primeiramente faz-se necessário estabelecer um panorama acerca dos vários setores da vida e das formas de se viver no país, a partir do século XVI, com a chegada dos primeiros negros escravizados, até a completa abolição da escravatura, no final do século XIX.

Dos anos de 1450 ao final do tráfico atlântico, em meados do século XIX, mais de 11 milhões de africanos foram enviados para as Américas; desse número, 40% foram enviados ao Brasil. Pelos

¹. Professor do departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Mestre pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em dissertação cujo título é "Discriminações Raciais em Campinas".

² Compreende os municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha, Viana e Vitória.

portos do Rio de Janeiro e Bahia (Salvador, presumivelmente) entraram respectivamente cerca de 800 mil e 700 mil escravos. No período compreendido entre a metade do século XVIII e a metade do século XIX, estima-se que de 100 a 150 mil eram originários do Sudão Central (CAIRUS, 2002, p. 10).

Nesse caleidoscópio em que a temática central da dissertação se insere, é preciso partir-se de uma visão geral da problemática para, então, deter-se em um ponto específico. Para uma situatização no tempo, no contexto geral o século XIX foi marcado pelo início do que se pode chamar de globalização do mundo, em que, na Europa, consolidavam-se um sistema técnico e um modo de produção - o capitalismo³.

A Inglaterra, principal “parceira” comercial do Brasil, desde a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a conseqüente elevação do Brasil como sede do Império Português, inicia um duro ataque ao tráfico negreiro transatlântico. Com a consolidação da independência, em sete de setembro de 1822, a Inglaterra estabelece a assinatura de um tratado que proíbe e torna crime o comércio de negros no Atlântico, como pré-condição para reconhecer o Brasil como nação soberana.

Segundo José Murilo de Carvalho (1988), tal fato inicia o processo de Abolição no Brasil, com a instituição de leis que vão, paulatinamente, abolindo a escravidão⁴, mesmo com a oposição das elites agrárias do sul-sudeste. Essa situação se traduz em duas questões: 1) na construção do Estado e de uma Elite Nacional, 2) na instabilidade social que marca o período imperial no Brasil. Conforme esse autor (1988), o Primeiro Reinado é marcado pela geração mútua do Estado Nacional e de uma elite brasileira, assim como de levantes, de revoltas e de insurreições, tanto no

³ Sem cair em esquemas teóricos prontos ou em reducionismo economicista, acreditamos que, para se ter uma análise mais abrangente da temática desse trabalho, não se pode desconectar nenhum dos aspectos da vida em sociedade. O capitalismo não é determinante, mas é um aspecto que delinea as relações em sociedade, na época.

⁴ Lei do Sexagenário, Lei do Ventre-livre, bem como as revoltas negras que eclodem no país e o Movimento Abolicionista.

meio rural, quanto no meio urbano⁵.

As revoltas podem ser divididas em dois grandes grupos. O primeiro, seguiu-se imediatamente à abdicação de Pedro I e perdurou até 1835, um ano depois da morte deste príncipe e da promulgação do Ato Adicional. O segundo, foi posterior ao Ato Adicional e só terminou no Segundo Reinado (CARVALHO, 1988, p. 230). Este período é marcado pelo debate entre dois projetos: o Federalista, defendido por liberais, e o Unitarismo, constitucionalista, defendido pelas elites locais. De fato, o Ato Adicional deu um novo desenho à organização político-institucional do país recém-independente, com a adoção de certos princípios federalistas que contribuíram para acomodar as elites provinciais e integrá-las ao novo Estado. Após 1850, a monarquia parlamentar garante estabilidade e legitimidade aos grupos privilegiados, e passa a:

“[...] enfrentar dois problemas quase intratáveis, embora cruciais para a soberania nacional, para a sobrevivência da classe proprietária, e para o próprio Estado: o problema do tráfico e o problema da estrutura agrária e da imigração” (CARVALHO, 1988, p. 236).

A partir do século XIX, a forma básica de relacionamento social da sociedade colonial, que girava em torno dos senhores e dos escravos, começa a ser substituída por outras formas de relacionamento marcadas pela resistência à exploração. Tem-se, a partir dessa data, uma constante tensão no sistema de relações sociais, que se dá entre o enorme contingente de negros escravizados, de negros forros (ex-escravos) e seus descendentes, e os proprietários de terras, os senhores de escravos e os homens brancos livres. O desejo de liberdade e as diversas formas de resistência à escravidão – levadas a cabo pelos negros desde o período colonial, intensificam-se; esse quadro alia-se configuração de uma nova elite oriunda do meio rural e urbano, formada, agora, cada vez mais por brasileiros de nascimento. A política imigrantista toma-se, então, uma das vias para solucionar os

⁵ Ver, no quadro 1 (um), descrição das principais revoltas (1831-1835), com período, duração, localização e principais participantes (CARVALHO, 1988, p. 231).

problemas acima mencionados.

Para Gilda Rocha (2000, p. 24), a instalação de pequenas propriedades, no Estado brasileiro, por meio da imigração, visava a promover o povoamento, a fazer a transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre, disponibilizando trabalhadores para a então emergente lavoura cafeeira.

Na província do Espírito Santo, pronunciamentos na Assembléia Provincial tornam evidente que a imigração constituiu-se em uma política de povoamento da terra. Pouco se fala na utilização do imigrante como força de trabalho, como no caso do oeste paulista. Nesse sentido, a imigração no Espírito Santo se aproxima do modelo encontrado no sul do país (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). Nessas províncias, a localização do imigrante se dá em pequenas propriedades e no estabelecimento de pequenos núcleos urbanos.

Até 1850, nosso estado era povoado somente em uma estreita faixa litorânea composta por vilas de pescadores e por núcleos fundados, no período colonial, por jesuítas, como: Vitória, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Benevente e Guarapari. Havia também algumas freguesias, como a de São José do Queimado, na Serra, e as do interior (a de Cachoeiro e a de Alegre). Estas atendiam a um interesse de povoamento do sertão, objetivando, além da criação de uma economia, mesmo que de subsistência, a garantir as fronteiras da província. Os negros escravizados se constituíam na principal mão-de-obra disponível, tendo sua demanda aumentada pela expansão da cultura cafeeira, principalmente na região sul da província (ALMADA, 1984).

Realizando minhas primeiras leituras, durante o primeiro ano do mestrado, deparei-me com a afirmação do historiador e professor Flávio Gomes, em seu livro *Negros e Política (1888-1937)*, em que este afirma que:

Ao longo do século XIX, são vários os episódios – apesar das poucas narrativas da historiografia – em que a questão racial envolvendo libertos, africanos e “homens de cor” foi colocada em pauta. É possível recompor expectativas e projetos políticos tanto de escravos como dos setores de homens pardos e negros letrados, mesmo na Independência e no período

regencial. [...] Nas últimas décadas da escravidão, movimentos abolicionistas e projetos de lei foram acompanhados tanto por um processo de fuga em massa dos escravos como por intensa mobilização popular, principalmente nas cidades. Essa é uma história que ainda não foi escrita (GOMES, 2005, p. 9)

A historiografia capixaba ainda dedica pouco tempo às questões que envolvem a presença do elemento negro, no Espírito Santo. Na década de 1980, a Academia, na figura do historiador Cleber da Silva Maciel, inicia uma abordagem, ainda nova para a historiografia capixaba, que trata a presença do negro e/ou escravo como sujeito histórico e construtor de seu destino. Foi justamente o professor Cleber Maciel que foi meu orientador na iniciação científica, e que me apresentou a *Insurreição de Queimado*, escrita por Afonso Cláudio, no final de década de 80. Naquela época, por conta do início da formação política do Movimento Social Negro, em Vitória, a obra de Afonso Cláudio (1859-1936) era tida como algo a ser negado, pois fora escrito por um homem da elite intelectual e política da então província do Espírito Santo, no século XIX.

Em várias ocasiões ⁶, o professor Cleber Maciel falou-me da importância da *Insurreição de Queimado* para a historiografia capixaba e de estudamos as motivações que um homem como Afonso Cláudio teve em escrever uma monografia sobre um levante de escravos, ocorrido dez anos antes do seu nascimento, sendo a obra lançada em 1884, quando o autor contava, então, com vinte e cinco anos. Passados quase vinte anos após aquelas conversas entre o mestre e a estudante rebelde, como discípula que me considero do professor Cleber, encontro-me agora no mestrado e, como em um túnel do tempo, voltam-me as perguntas: Qual a importância da revolta negra do Queimado para pensarmos as várias formas de resistência do negro ao sistema escravista, mais especificamente na província do Espírito Santo, no século XIX? Porque a Insurreição do Queimado é considerada, pela historiografia capixaba, como o mais expressivo movimento dos negros escravizados na província do Espírito Santo? Seria o movimento fruto de uma

⁶ As conversas se deram durante um curto período de convivência acadêmica, pois o professor veio a falecer precocemente, em 1994.

organização política dos escravos da região da qual fazia parte a então Freguesia de São José do Queimado?

Embora possa ser considerada uma breve insurreição, a Revolta de Queimado se tornou, por intermédio da obra de Afonso Cláudio, um marco de memória no Espírito Santo e recebe, atualmente, grande atenção, principalmente por parte das organizações sociais da população negra, enquanto referência da resistência negra nos tempos da escravidão.

Essa dissertação tem como objetivo contribuir para os estudos sobre a insurreição do Queimado, a partir da releitura das fontes primárias consultadas por Afonso Cláudio, a ter a própria obra *Afonsina* como nossa principal fonte de consulta. Tomar-se-á, como referenciais, novas abordagens teóricas, metodológicas e conceituais, objetivando à construção de uma narrativa que privilegie o processo político que resulta na Insurreição, bem como a desconstrução de duas abordagens tradicionais na historiografia do negro e da escravidão no Brasil.

A primeira abordagem é aquela que trata o negro escravizado como vítima de um sistema opressor, em que a violência física e psicológica é tida como um imperativo do qual o negro não teria como escapar, a necessitar de um “remidor” que o salve da subjugação. A segunda abordagem é a visão do negro rebelde, daquele tido como o único que resiste. Tal dicotomia acaba por criar duas categorias distintas, na visão acerca do negro - aqueles ditos acomodados, e os que resistem, o que acaba por situar o negro além dos marcos da resistência heróica.

A perspectiva que norteia esse trabalho insere-se na luta política dos escravos do Queimado, na busca pela liberdade nos rincões do Queimado, nos momentos que antecedem à abolição. A rede de ações que antecede o dia 19 de março de 1849 se traduz no que denominamos espaços de liberdade, a definir-se como uma espécie de “sincopa”⁷ libertária, na medida em que busca negociar a liberdade e exercitar o diálogo como forma de fazer ou de promover políticas cotidianas emancipatórias.

As revoltas e os tumultos nos revelam as contradições existentes em uma determinada rede relacional, desmascarando a hegemonia, o consenso e a

⁷ Espaço de improviso característico da musicalidade negra; é o momento em que os instrumentos dialogam. Exemplo: bateria da escola de samba e as tradicionais bandas de jazz. Ver Dicionário Musical Brasileiro, p. 475.

harmonia social preexistentes na forma dos códigos sociais definidos na lei.

A Insurreição do Queimado constituiu um movimento de escravos inseridos em uma complexa rede social e cultural heterogênea⁸. No século XIX, a sociedade capixaba, assim como a do restante do Brasil, não pode ser compreendida somente pela relação senhor x escravo; pode-se afirmar que os círculos sociais se encontram em um momento de profundas transformações. No artigo intitulado “Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória, no final do século. XIX” (2004), Geraldo Antonio Soares afirma que essa sociedade do século XIX, em que há a instituição do trabalho forçado, se encontra em crise, ao mesmo tempo em busca uma solução, pressionada pelos fazendeiros do café⁹.

As variadas formas de resistência negra à escravidão, como fuga, aquilombamento, assassinato de senhores, encontram-se no campo da ilegalidade, e os negros escravizados na região do Queimado tinham como objetivo a conquista da carta de Alforria, ou seja, a busca pela inclusão social, como homens donos de sua liberdade.

Mesmo na condição de cativos, os trabalhadores negros escravizados haviam conquistado alguns espaços de liberdade, tendo, inclusive, uma hierarquia informal entre eles, com lideranças capazes de arregimentar pessoas para o trabalho e de negociar com as autoridades locais, quer fossem sacerdotes da igreja católica, quer fossem seus senhores.

Os espaços de liberdade são confirmados com a presença dos escravos de “ganho”, com a legalização do casamento entre cativos, com a folga semanal e com o direito de se ter o próprio cultivo para ajudar na alimentação familiar. Porém, os escravos insurgentes no Queimado tinham, como objetivo, a conquista da carta de alforria, e, para isso, arquitetaram, segundo Afonso Cláudio, um plano que consistia na conquista da liberdade garantida pela lei.

Na verdade, não propunham uma ruptura de sistema, mas, sim, a inclusão no seio daquela sociedade, como homens livres, trabalhadores, aptos e adaptados ao

⁸ Os escravos não constituem um grupo homogêneo, pois têm origens diferentes, mesmo após o processo de “crioulização” ou de aculturação, em curso no século XIX.

⁹ No primeiro capítulo da dissertação, demonstrar-se-á, através de um quadro geral, a situação da província no período da insurreição.

sistema de produção do século XIX, isto é, com capacidade de negociar sua mão de obra e de definirem seu próprio destino.

As memórias de fatos ocorridos no passado são particularmente importantes na medida em que se transformam em um referencial de construção de identidade. No caso do Espírito Santo, acredita-se que, a partir da década de 1990, começam estudos mais aprofundados acerca da presença do negro e da sua trajetória histórica, principalmente a do século XIX. Porém, não se pode negar a importância dos pesquisadores, dos biógrafos, dos ensaístas e dos literatos que se dedicaram a escrever a história do negro, principalmente no período correspondente à escravidão. Mesmo com toda a carga de preconceito e de nossa discordância para com esses estudiosos, não podemos negar que foi através deles que é possível, hoje, a construção de um caminho para o passado.

CAPÍTULO I

1-1- INSURREIÇÃO DO QUEIMADO: MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA.

“Não me desvaneço de confessar a importância dos auxílios que recebi para escrever esta pequenina memória; sinto somente que não tivesse maiores esclarecimentos que suprissem o muito de deficiência e de vulgar que tem de atrair as atenções dos leitores complacentes, embora em proveito meu” (ROSA, 1999, p. 19).



Janela lateral da casa de Afonso Cláudio - foto tirada em junho de 2007.

Escrito e lançado ainda durante a vigência da escravidão, o livro *Insurreição do Queimado*: episódio da história da província do Espírito Santo, de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, foi publicado em 1884, e constitui a primeira narrativa monográfica acerca do episódio, ocorrido em 1849, em São José do Queimado, que, no século XIX, era freguesia da capital da província, Nossa Senhora da Vitória. O autor, conhecido abolicionista e republicano, escreve sobre uma insurreição escrava ocorrida durante a inauguração da igreja local, consagrada ao santo católico São José, no dia 19 de março de 1849.

Afonso Cláudio nasceu no dia 02 de agosto de 1859, dez anos depois da insurreição, no distrito de Mangaraí, município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, e veio a falecer no Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1934. Em 1878, aos vinte anos de idade, parte para Recife, onde ingressa na Faculdade de Direito, se formando

Bacharel, em 1883. “Concluindo o bacharelado em Direito, Afonso Cláudio voltou a sua terra e integrou-se ao movimento abolicionista e republicano, que, naqueles anos, ganhava destaque na capital” (CAMPOS, 2002, p. 33) Atua como desembargador do Tribunal de Justiça e passa a escrever para os jornais da época¹⁰, publicando vários artigos em oposição à Monarquia, criticando a postura social e política de sua época. Participou do Movimento Abolicionista e Republicano, sendo, inclusive, um dos fundadores da Sociedade Abolicionista Domingos Martins. Em 1889, com a proclamação da República, foi nomeado o primeiro governador do Estado republicano.

Seu primeiro trabalho, escrito em 1884, a monografia intitulada *Insurreição do Queimado*, é considerada obra de referência sobre a revolta escrava ocorrida na freguesia São José do Queimado, em 1849, no atual município da Serra. São também de sua autoria as obras *História da literatura espírito-santense* (1912), *Trovas e cantares capixabas* (1923), *Ensaio de sociologia, etnografia e crítica* (1931) e a recente, publicada por iniciativa do historiador e professor Estilaque Ferreira dos Santos, “*História da propaganda Republicana no Espírito Santo*,” escrita em 1922.

Abolicionista, republicano e político, segundo o historiador e professor Estilaque Ferreira dos Santos (2002), Afonso Cláudio de Freitas Rosa é um intelectual e político capixaba dos mais importantes do séc. XIX e XX, e, sem dúvida, o primeiro autor capixaba a preocupar-se com o registro de fatos considerados, pelo autor, de relevância para a história, fazendo parte de uma elite comprometida com a província em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Segundo ainda Estilaque Ferreira dos Santos, o autor tinha uma preocupação com a memória capixaba, “[...] como advertira o próprio Afonso Cláudio, temeroso de que a coleção de alguns jornais da campanha republicana tivesse sido “desviada do arquivo para o mister subaltemo de papel de embrulho” (2002, p. 11).

Para Jacques Le Goff (1994), o tempo, como espaço da memória, é matéria fundamental da história; os eventos históricos, que são de caráter único, fez da disciplina histórica, até o século XIX, um misto de relato e de explicação, uma

¹⁰ Podemos citar: o jornal *A Província do Espírito Santo*, pertencente a Muniz Freire, aliado político de Afonso Cláudio.

história como gênero literário. O conceito de memória é diverso, pois abarca, segundo Jacques Le Goff, várias áreas do conhecimento humano. Na educação, a memória é tratada enquanto noção de aprendizagem; na psiquiatria, a amnésia é um sintoma da falta de memória subjetiva; além disso, têm-se as definições de memória referentes às perturbações mentais, no campo da psicologia, na neurofisiologia e na biologia. Todas essas noções enquadram-se no campo da memória individual.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada (1994, p. 423).

A memória de que trata a abordagem em questão, da qual nosso autor é construtor, é aquela própria das chamadas ciências humanas e que se ocupa mais da memória coletiva do que da individual. Portanto, definimos memória como o estudo da memória social e está estreitamente ligada ao fazer histórico; assim sendo, além dos acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas, personagens*.

Os historiadores, quando em seus escritos se deparam com uma obra de relevância para sua pesquisa, buscam vários recursos, na tentativa de apreender os significados da obra e de seu objeto. Na tentativa de reconstrução da rede formada por significados e significantes, procuram estabelecer a obra, assim como seu autor, no espaço-tempo em que foi produzida. Desse modo, quando é proposto, nesse trabalho, pensar a Insurreição do Queimado e da sua problemática, é fundamental afirmar que o objetivo aqui não é enquadrar o autor e sua obra em rótulos prontos; em segundo lugar, faz-se necessário considerar os métodos disponíveis para tal análise, a fim de que seja possível de cumprir o objetivo almejado. Em artigo publicado na *Revista de história Brasileira* (2003), o professor e historiador José Adilçom Campigoto afirma que:

(...) é possível, pensamos, discutir idéias e apontar as falhas dos métodos sem o recurso à desmoralização das pessoas que pertencem e defendem outras perspectivas teóricas e se utilizam de

outros métodos de interpretação.

Nesse sentido, a obra *Insurreição do Queimado* é precursora na abordagem das fontes utilizadas, que, além dos documentos oficiais, contou – como o autor afirma na introdução da obra – com as memórias daqueles participaram e ou que presenciaram os acontecimentos de 1849. Afonso Cláudio parte de memórias individuais e de documentos oficiais para reconstruir o que ele chama, com modéstia, de pequenina memória (ROSA, 1979).

O livro possui quatro edições: a primeira, publicada em 1884¹¹, a segunda, em 1927, a de 1979, e a mais recente, de 1999, que vem a ser a edição comemorativa dos 150 anos da Insurreição de Queimado. O historiador Adilson Villaça, editor da última edição, assim se refere às edições anteriores:

As penas e os nomes dos homens que se insurgiram estão no texto de Afonso Cláudio, publicado pela primeira vez em 1884, e no apêndice daquela monografia. Em reconhecimento à boa edição realizada em 1979, tendo como editor o escritor Reinaldo Santos Neves, com rica nota introdutória do historiador Luis Guilherme Santos Neves e repertório de documentos coligidos por Fernando Achiamé, então à frente do Arquivo Público Estadual, a presente edição mantém, com o acordo dos citados, a íntegra da publicação feita pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Esta edição faz parte da Coleção *José Costa*, destinada à publicação de textos de referência à memória e à história do Espírito Santo (ROSA, 1999).

As edições mantêm a mesma estrutura da obra, contendo a apresentação do autor, além da reprodução de documentos, ou seja, das principais fontes primárias consultada por Afonso Cláudio, bem como aquelas que não foram mencionadas pelo

¹¹ Segundo Maria Estela de Novaes (1963), a obra foi distribuída, em 1885, pelo jornal *A província do Espírito Santo*, entre seus assinantes.

autor, mas versam sobre o assunto e encontram-se no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. A obra é composta de cinco capítulos:

- 1º - Caráter do movimento / razões de sua origem;
- 2º - Preparativos;
- 3º - Hostilidades / rompimento;
- 4º - A derrota / reações;
- 5º - O julgamento / a evasão.

Uma característica do clássico é a coletânea das fontes escritas consultadas pelo autor, que, juntadas e publicadas como apêndice na obra, foi a forma que o autor encontrou de dar guarda aos documentos que registraram os fatos ocorridos. Desse modo, longe de ver seu relato e sua narrativa como algo definitivo, o autor considera sua obra como algo ainda a ser revisto e reavaliado, no futuro. Portanto, a obra é uma referência para todos os que se lançarem a realizar estudos sobre a insurreição e sua importância, bem como para os estudos acerca da historiografia da presença e trajetória do elemento negro, no Espírito Santo. Quanto à insurreição, a obra Afonsina atribui a concepção do plano da revolta aos negros alocados próximos a região do Queimado, destacando que a luta por liberdade, por parte dos negros escravizados, vinha acontecendo há tempos em outras localidades da província. No seu livro, encontramos, no apêndice, referência a uma revolta ocorrida em 1822, na Freguesia do Queimado.

Assim sendo, a narrativa Afonsina é responsável por tornar tal fato importante para a história do Espírito Santo, sendo, portanto, a principal fonte de consulta para a elaboração desse trabalho. Conforme afirma o historiador José Roberto Pinto de Góes (2002):

A história da rebelião está documentada, sobretudo, na correspondência trocada por autoridades civis e religiosas e no livro *A Insurreição de Queimado*, de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, escrito em 1884. O processo criminal então aberto está perdido. Embora escrito trinta e cinco anos depois do episódio, o livro é a principal fonte do levante, pois está baseado em relatos de

sobreviventes que participaram ativamente da conflagração. Isso o converte em fonte primária dos acontecimentos.

Nas pegadas da obra *Afonsina* é que se seguem outros trabalhos referentes a Queimado. A historiografia sobre a Insurreição escrava no Queimado é ainda pequena em relação à relevância com que o fato é tratado em escritos de historiadores, de folcloristas, de literatos e de pesquisadores em geral. Pode-se resumir a historiografia específica que trata somente sobre a insurreição – pelo menos a mais conhecida e citada –, em dois livros e dois artigos. O primeiro livro é o de Francisco Eugenio de Souza, e o segundo livro é o de Wilson Lopes de Rezende. Pode-se, ainda, apontar o artigo dos historiadores José Roberto Pinto de Góes e Adriana Pereira Campos, respectivamente.

No livro *Levante dos Escravos no Distrito de São José do Queimado*, de Francisco Eugenio de Assis, lançado em 1948, fica evidente a discordância entre este autor e Afonso Cláudio, no que se refere às causas que levaram às reivindicações do movimento e da revolta. Diferente da obra *Afonsina*, Francisco Eugênio de Assis afirma que a revolta teve dois agentes motivadores: o primeiro, diz respeito ao desejo de liberdade dos escravos envolvidos na contenda, e, o segundo, a promessa do pároco local frei Gregório de Bene, que teria prometido a carta de alforria em troca do trabalho dos negros, na construção da igreja da Freguesia.

As tradições colhidas para averiguar-se o levante dos escravos de São José do Queimado afirmam que este foi movimento próprio ou os escravos o realizaram levados pelas instituições de um sacerdote italiano que saliente papel representou na ocasião (...). Não se pode negar que o movimento tenha sido executado unicamente pelos escravos, sem intervenção de outra raça. Pequeno era o número de estrangeiros domiciliados em Queimado (ASSIS, 1948, p. 14).

O foco da discordância entre Francisco Eugênio e Afonso Cláudio está na posição

ocupada pelo padre Francisco Nunes Siqueira, na formação da revolta. O frei escreve uma carta argumentando com alguém que foi enganado e que, de fato, nada prometerá aos negros revoltosos, Afonso Cláudio (1979) atribui a concepção do plano da revolta aos escravos alocados próximos a região do Queimado. Já Francisco Eugênio, apoiado em depoimento colhido pelo padre Francisco Antunes Siqueira junto a um dos líderes da insurreição, Chico Prego, antes de ser executado, acusa o frei de ter prometido a liberdade para construção da igreja. Eugênio destaca, ainda, que a luta pela liberdade, por parte dos negros escravizados, vinha acontecendo, há tempos, em outras localidades.

Datado de 1949 e apresentado no IV Congresso de História Nacional, o livro de Wilson Lopes de Resende, *A Insurreição de 1849 na província do Espírito Santo* é parte da historiografia referente à insurreição de Queimado. Ao lançar mão de poucas fontes primárias, o autor difere-se dos dois autores citados anteriormente, quando insere a revolta no contexto dos movimentos de caráter revolucionários que afligiu o império, durante o segundo quartel dos Oitocentos.

As causas dessa insurreição prendem-se às revoluções liberais que assolaram o país durante o segundo reinado e levaram o governo a tomar medidas enérgicas para dominar a inquietação em que vivia o brasileiro, nessa sua fase de povo livre. Como, para isto, o Imperador mandasse recrutar na Província homens capazes de defender a Monarquia e estabelecer a ordem no Império, (...) (RESENDE, 1949, p. 3).

Por outro lado, o autor afirma que a busca da liberdade pelos escravos da região do Queimado, aliada à promessa feita pelo Frei Gregório de Bene, foram os fatores que motivaram e causaram a insurreição. Em um sentido geral, Wilson Lopes (1949) aborda a insurreição de forma sistêmica, ou seja, insere suas causas no cenário nacional e local.

Os vários personagens – escravos e seus senhores, autoridade imperial e local, o pároco, bem como a sociedade local – estão inseridos em uma trama de luta, em

que os escravos são vistos como heróis, assim como vítimas da crueldade das autoridades e dos senhores de escravos. O autor afirma que:

Era a justiça dos homens, naquela época, contra os negros, e só assim a autoridade sentia-se restituída à amplitude de seu próprio arbitrário. (...) Todos esses escravos, vítimas de leis desumanas, então vigentes, merecem um lugar na História, como heróis desse movimento libertador, e como precursores da abolição da escravatura, no Brasil (RESENDE, 1949, p. 16).

Em artigo intitulado *Abolicionistas, Negros e Escravidão*, a historiadora e professora Adriana Campos, ao analisar a obra de Afonso Cláudio, constata a ausência da percepção, por parte do referido autor, da inteligência e da agência dos escravos na construção de uma política, ao negociarem a alforria em troca dos serviços de construção da igreja local. O autor concebe o ato de negociar como submissão, ressaltando “[...] uma imagem do negro como vítima incapaz de rebelar-se ao sistema a que estava submetido” (CAMPOS, 2002, p. 31). Apesar disso, a autora afirma que:

Embora preso à visão de uma história narrativa produzida a partir de referenciais racistas, a obra Afonsina possui o mérito de constituir-se no primeiro e principal relato sobre o episódio baseado em fontes primárias da época (CAMPOS, 2002, p. 31).

Adriana Campos (2002) nos chama a atenção para o fato de que as considerações de Afonso Cláudio não poderiam ser diferentes, visto tratar-se de um homem imbuído de idéias do seu tempo. Duas visões da luta pela liberdade podem ser apreendidas na obra afonsina.

A (...) dos escravos e a de Cláudio (...), embora contraditórias,

conviviam e se combinavam no cotidiano do cativo. O escravo se utiliza de cada chance que possuía para mudar sua condição, seja se alistando numa guerra, seja compactuando com uma dada situação; o abolicionista ia, no seu dia-a-dia, denunciando um sistema que, progressivamente, se inviabilizava ideologicamente (CAMPOS, 2002, p.43).

O artigo *A segunda derrota dos escravos de São José do Queimado*, do historiador e professor José Roberto Pinto de Góes, é outra referência historiográfica sobre Queimado. Concentrado em falar sobre a situação da igreja do Queimado (como esta se encontrava quando o trabalho foi escrito), o artigo denuncia a falta de interesse das autoridades e da sociedade em geral em manter o patrimônio histórico constituído pela igreja, palco da revolta do Queimado.

A igreja teve um papel central na revolta que tomou conta do povoado, em 1849. O estado a que está reduzida, e a incapacidade demonstrada, ao longo dos últimos anos, de conservá-la, é muito sintomático de nossas desventuras como “povo”, nesta América tropical. Porque, a rigor, a preservação do templo, e com ele, a memória da rebelião, só faz sentido numa sociedade na qual o problema da cidadania e dos direitos do populacho esteja, de fato, na ordem do dia. A igreja, ou o que resta dela, é um marco na luta pelos direitos no Brasil, que não começou ontem, com a abolição ou a carteira de trabalho de Getúlio Vargas. Quando as duas últimas paredes da igreja de São José do Queimado vierem ao chão, os escravos do povoado (que as ergueram) terão sido derrotados pela segunda vez (a primeira ocorreu em 1849, quando falhou o plano de usar o templo católico para se alforriarem em massa.). E a presente geração de brasileiros, em sua maior parte descendentes deles, terá de constatar que perdeu mais uma batalha contra os das Casas Grandes & Mansões. Talvez ainda seja tempo de apenas tratar de sobreviver (GÓES, 2002).

O autor prossegue narrando a revolta do Queimado, os personagens e o encadeamento dos acontecimentos. De fato, o artigo-ensaio é relevante na medida em que torna acessível, à historiografia nacional, o conhecimento da insurreição escrava do Queimado.

Outra vertente que escreve sobre a Insurreição é as obras literárias¹², e, nestas, destacamos *O Templo e a Força*, publicado em 1978, e *Queimados: documento cênico*, de 1999, do historiador e professor Luiz Guilherme dos Santos Neves. Podemos considerar que tais obras têm a chamada “licença poética” e, portanto, representam uma versão popular, ao mesmo tempo subjetiva do objeto em questão.

Em *O Templo e a Força*, Luis Guilherme dos Santos Neves, baseando-se na obra de Afonso Cláudio, vale-se de crenças originadas a partir do imaginário popular, para compor um relato cheio de ação, de aventura e de drama, digno de um bom livro de literatura. Esta obra vem sendo utilizada nas escolas, entre os alunos de 1ª e 2ª graus do ensino fundamental, constituindo-se em instrumento didático de estimado valor. Interessante observar como o autor, utilizando de fontes diversas¹³, cria um diálogo e descreve os sentimentos daqueles que, em pouco tempo, seriam executados à força. Em entrevista¹⁴, o autor assim comenta sua obra:

Ao começar a discorrer sobre a temática, envolveu os espectadores nas artimanhas literárias, partilhando o “tormento de foro íntimo” que o levou à produção primeiramente de uma peça teatral sobre a Insurreição de Queimado e, num segundo momento, à elaboração da obra literária, mesmo tendo perdido integralmente a primeira versão produzida, por uma “pane no

¹² O chamado romance histórico consiste em uma prosa narrativa ficcional cuja ação decorre no passado. A literatura na qual uma ação se dá em um passado histórico sempre foi abundante, mas, no ocidente, Walter Scott iniciou a tradição moderna, ao situar romances de amor em um passado que tem como base fatos reconhecidos. O uso que este autor fez dos pormenores históricos e as subseqüentes imitações que escritores europeus desenvolveram da sua técnica fizeram com que o gênero prosperasse.

¹³ Em carta endereçada ao presidente da província, o cônego Francisco Antunes da Siqueira descreve a última fala de Chico Prego; o documento é descrito no livro de Francisco Assis.

¹⁴ Entrevista concedida aos alunos do Colégio Darwin, disponível no site <http://www.davinci.g12.br/noticias.php?noticia=563>, acessado em 23 de setembro de 2007.

computador”.

O autor afirma que sobre a pesquisa aprofundada que antecedeu a escritura do texto e algumas “intimidades da criação literária”, demonstrando como vários personagens e cenas, presentes em *O templo e a força*, fizeram parte da criação estética. Esclareceu, também, que a essência da obra literária é o conflito em torno da palavra, tendo sido usado o fato histórico como referência para uma reflexão metalingüística (2002).

No livro *Queimados: documento cênico*, publicado em 1978, Luiz Guilherme volta a insurreição, desta vez para escrever uma peça teatral. Para isso, utiliza, em sua preparação, além da obra *Afonsina*, a carta firmada pelo próprio frei Gregório de Bene, escrita em 1849. Esta carta serve de base para a montagem estrutural da cena do julgamento do frei, com aproveitamento quase integral de seu texto, adaptando, criando e recriando personagens.

De certo, todas as obras fornecem argumentos dos mais díspares que comprovam o espaço ocupado na memória que o evento de Queimado tem na construção da paisagem histórica. Mesmo em número reduzido, de tempo em tempo alguém lança mão das fontes primárias para montar mais uma parte do quebra-cabeça da insurreição do Queimado.

No livro *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, cujo organizador é o historiador João José dos Reis (1988), em artigo de sua autoria, este realiza um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia e afirma que:

Apesar de discordar muito, quase o tempo todo, creio que todos nós devemos muito às pessoas que, independente de suas ideologias, preconceitos e motivações, não deixaram que se apagasse uma das páginas mais vibrantes e dramáticas da escravidão no Novo Mundo (p. 88).

No caso do Espírito Santo, acreditamos que, a partir da década de 1990, começam estudos mais aprofundados acerca da presença do negro, sua (s) memória (s), história, principalmente a do século XIX. Porém, faz-se necessário retomar o fato de que não se pode negar a importância dos pesquisadores, dos biógrafos, dos ensaístas e dos literatos que se dedicaram a escrever a história do negro, principalmente no período correspondente à escravidão.

1-2 – A CONSTRUÇÃO DA ORDEM NA FALA DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1842 – 1850).

A província do Espírito Santo, no final do século XVIII e início dos Oitocentos, encontrava-se no processo de construção e de consolidação de uma ordem político-administrativa que, definitivamente, garante a continuidade da capitania, em sua transição para província¹⁵. Segundo o historiador Estilaque Ferreira dos Santos (2002), esse período foi decisivo na construção de uma identidade territorial, sendo certo no sentido de consolidar uma identidade territorial para a capitania do Espírito Santo.

Consultando o material disponível sobre os anos de 1822 e 1823 na Província do Espírito Santo, as informações revelaram-se bastante precárias. Sabe-se ter havido a instalação de uma Junta Provisória para garantir a adesão dos locais à causa da separação entre Brasil e Portugal. O governo provisório não implementou qualquer alteração fundamental na estrutura administrativa vigente. Deu-se ainda, no mesmo período, a importante elevação de Vitória à condição de cidade, graças ao Decreto Imperial de 24 de fevereiro de 1823, extensivo a todas as sedes de governos provinciais (CAMPOS, 2002, p. 143).

¹⁵ Após 1822, algumas capitanias foram fundidas a outras – como o caso das capitanias de Porto Seguro e Ilhéus, que foram integradas à província da Bahia e à de São Vicente, por São Paulo, desaparecendo do cenário geopolítico do Brasil.

Os relatórios dos presidentes de província referentes ao século XIX são do período que vai de 1842 a 1888, que corresponde, respectivamente, à instalação da quarta legislatura da Assembléia Provincial e ao ano da abolição da escravatura. Os relatórios são uma importante ferramenta que possibilita a reconstrução da trajetória coletiva das palavras e do surgimento dos homens que atuam na esfera pública na província do Espírito Santo. Esses discursos foram produzidos pelo Estado e, neste caso, são peças que possibilitam o penetramento no imaginário político¹⁶ das representações sociais¹⁷, da elite política local. Vêem-se, no trâmite textual dos relatórios analisados, demonstrações das articulações públicas em torno dos objetivos de consolidação do Estado, na província. No presente trabalho, abordaremos os relatos dos anos de 1842 a 1850, visto ser este o período que antecede à insurreição do Queimado e abarca um ano após a mesma. No total, foram analisados (sete) textos, que abrangem um espaço temporal de quase 10 (dez) anos.

A estrutura dos relatos apresenta um mesmo formato, dispondo, quase sempre, dos seguintes tópicos: tranqüilidade pública, segurança individual e da propriedade, administração da justiça, da força pública, do culto público, da instrução, da saúde, além da administração da renda provincial. A historiadora Ana Lucia Cogô (2007) afirma que a fala dos presidentes de província nos relatórios são uma importante fonte de informações sobre o Espírito Santo, no século XIX.

¹⁶ Segundo Bronislaw Baczko (1985), “O imaginário social são representações construídas pela sociedade em torno de sua ordem social, de seus atores, instituições, gerando pertencimento, identidade e legitimidade política”. Dessa forma, ele é elemento central na engenharia das relações de poder, e é constantemente mobilizado pelos atores políticos para legitimarem as suas práticas sobre o mundo; o poder político exige o domínio do imaginário e do simbólico.

¹⁷ Segundo Heloisa Jochims Reichel (1999), as representações sociais são construções mentais sobre a realidade, que buscam compreender e organizar o mundo social, orientando as práticas sociais¹⁷. Elas são os modos como os grupos sociais e os indivíduos apreendem, interpretam e reconstróem os objetos sociais, a partir das suas vivências e experiências, sistemas de valores e de preferências (*habitus*). Os grupos sociais e os indivíduos sempre tentam inserir os objetos sociais em seus contextos culturais, para encaixá-los nas suas redes de significados; dessa maneira, as representações sociais são reinvenções de realidades construídas a partir do contexto sociocultural que estão inseridos os grupos sociais.

A estrutura dos relatórios apresenta certa padronização na forma de exposição dos temas tratados pelos presidentes e vice-presidentes da província, cuja variação observada se refere mais ao volume de informações e dados registrados nos mesmos, já que alguns não atingem o número de dez páginas, ao passo que outros contêm cem páginas, além de quadros, mapas e anexos que lhes são acrescentados ao final. Esta variação no tamanho dos relatórios relaciona-se à maior ou menor duração do período de governo dos respectivos presidentes, sendo que alguns destes, mesmo permanecendo por pouco tempo no governo da província, apresentam relatórios extensos e detalhados, pois foram nomeados especiais do Governo Central, para avaliarem o estado geral da província (...) (COGÔ, 2007, p. 13).

No livro *As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*, Marco Morel (2005) declara que os Oitocentos são a gênese da construção da esfera do público no Brasil, bem como das formas de gestão da ordem, enquanto monopólio do Estado imperial, principalmente após a consolidação da independência. A ordem tratada aqui é aquela que estabelece o controle social, sendo responsável por legitimar o poder e aqueles que falam do lugar de poder, a estabelecer o monopólio sobre a força e sobre as ações que buscam pacificar a sociedade.

Do processo de geração mútua entre o Estado e elite resultaram, (...), alguns traços marcantes do sistema político imperial, (...). A elite produzida deliberadamente pelo Estado foi eficiente na tarefa de fortalecê-lo, sobretudo em sua capacidade de controle da sociedade. Ela foi eficiente em atingir o objetivo de construção da ordem (...) (CARVALHO, 1988, p. 383).

Embora ambígua, a expressão 'ordem' nos parece, como afirma José Murilo de Carvalho (1988), imprescindível para tecer considerações sobre a desordem e sobre a preocupação gerada, nas autoridades locais, pelas várias incursões promovidas

por escravos na busca pela liberdade ou pela ampliação do que denominamos espaços de liberdade. Os relatórios de presidente da província apontam vários aspectos¹⁸ que constroem a ordem na sociedade local, nos oitocentos, bem como estabelecem o poder e sua legitimidade; porém, deter-nos-emos àqueles que se referem à resistência escrava.

Apresentada por D. Pedro I em 11 de dezembro de 1823, a primeira constituição do Brasil foi outorgada em 25 de março de 1824. Essa constituição criou as assembleias provinciais, que tinham poderes para legislar sobre: a divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província, a instrução pública, a fixação das forças policiais, a forma de propor, debater e sancionar as leis locais, entre outros, sendo vetadas de legislar sobre os impostos referentes a exportações. O presidente da província era nomeado pelo governo central e tinha poder de sanção e de veto aos projetos encaminhados pela assembleia provincial.

Agentes do poder imperial, os presidentes de província liam seus relatórios na cerimônia de abertura anual da assembleia legislativa provincial. Palco da leitura dos relatórios e da vida política da província, nos oitocentos, a assembleia provincial teve sua primeira legislatura no período de 1835 a 1837.

A sessão de instalação dos trabalhos legislativos foi realizada a primeiro de fevereiro de 1835. Depois da abertura da sessão, o presidente da casa recebeu a comunicação do Presidente da Província, Manuel Pires da Silva Pontes, que recebido por uma “... deputação nomeada para ir receber e o introduzir na sala de sessões”. Ocupou o lugar que, segundo o Artigo 8º do Ato Adicional, devia ser “igual ao do presidente da Assembleia, e à sua direita, lendo perante a mesma seu relatório, instruindo-a do estado dos negócios e das providências de que mais carecia a Província para seu melhoramento” (BICHARA, 1984, p. 44).

¹⁸ Entre esses aspectos, podemos apontar: obras públicas, a construção de estradas, a instrução pública, a catequização e civilização dos índios, a saúde e os socorros públicos, a construção de igrejas e a nomeação dos vigários, a elaboração de novos e diversos espaços públicos, bem a organização da máquina da administração provincial.

A fala do presidente, ou seja, a apresentação do relatório referente ao ano anterior era realizada sempre na abertura do ano legislativo; era, de fato, um mote importante para a vida política e administrativa da província. O cerimonial obedecia aos artigos 24 e 26 do regimento interno da casa: o presidente lia seu discurso e se retirava após a conclusão; portanto, não havia debates acerca do conteúdo apresentado. Em 1835, foi criada a primeira comissão especial, nomeada pelo legislativo, que tinha como função examinar o relatório do presidente e buscar soluções para os problemas e as dificuldades apontadas em seu relato (BICHARA, 1984).

A terceira legislatura da Assembléia Provincial é instalada pela resolução nº 03, em 23 de maio de 1841, quando o presidente da província era o Sr. José Lopes Silva. Em seu relatório como presidente da província, este assim se refere à questão da instalação da Assembléia Provincial, em 1842:

(...), todavia que não convinha a instalação do Corpo Legislativo Provincial, não só porque o bem público exigia sua reunião, como também porque não se apresentavam motivos de receio pela tranqüilidade pública, julgando antes que, estando aberta a Assembléia, tinha a presidencia mais meios para sulfocar qualquer comoção, ou desvio, que por ventura surgisse em algum ponto da Província (Fonte: APEES, 1843, p. 4).

Mesmo afirmando o estado de pacificação em que se encontrava, naquele momento, a província, o presidente Sr. José Lopes Silva salienta o clima de rebelião que havia tomado, de assalto, as províncias de São Paulo e de Minas Gerais, e sua preocupação com que essa situação tivesse alguma influência sobre o Espírito Santo.

O exemplo das Províncias de São Paulo, e de Minas Gerais onde a Rebelião ousou levantar seu collo, e privar a S. M. O imperador do

exercício de alguns Direitos Magestáticos, nenhuma influencia aqui teve. A Província de São Paulo está hoje pacificada porque a força das armas fez curvar a cabeça à aquelles, que não quizerão sujeitar-se à força da razão (Fonte: APEES, 1843, p. 4).

Outra preocupação diz respeito à organização do sistema penal e a investidura de autoridades, instituídos a partir da reforma e da criação do código de processo criminal.

Foram nomeadas, e estão em exercício as novas autoridades criadas pela lei de 3 de dezembro de 1841 nº 261, que reformou o Código do Processo Criminal. (...). Penso porém que prescindindo dos obstáculos, e dúvidas, que são próprias das Instituições novas, muitos bens se colherão d'essa reforma, pois segundo o Código do Processo a segurança individual, e a ordem pública estavam sujeitas ao capricho de qualquer perverso que acobertando-se com as formulas, e defeitos da organização judiciária (então em vigor) zombava da lei (Fonte: APEES, 1843, p. 7).

Esse estado de desordem ou, ainda, de intranqüilidade a que se refere o Sr. José Lopes Silva, não se sabe necessariamente se envolve somente indivíduos livres. Não consta na listagem se o crime fora praticado por livres, se por pretos escravos ou forros; somente são listados os números de crimes e sua tipologia, nas comarcas de São Mateus, Vitória e Itapemirim.

Mapa dos crimes cometidos na província do Espírito Santo, durante o ano de 1841.

Natureza do crime	Comarcas			Total
	São Mateus	Victoria	Itapemirim	
Homicídios	10	8	3	18
Tentativas de morte	2			2
Ferimentos Graves	2	2		4
Ditos leves		6	5	11
Ofensas physices	1			1
Injurias e calumnias	2		6	8
Roubo		1		1
Furtos		1		1
Desobediência	2			2
Uso d'amas defesas			2	2
Termos de bem viver		4	7	7
	19	19	20	38

(Fonte: A PEES, 1843, p. 14).

Neste sentido, podemos crer que, devido à confluência de acontecimentos, à reforma do código de processo criminal e à posse de novas autoridades, neste momento as autoridades da província estão com suas atenções voltadas para a estruturação e a organização da administração estatal. A fala do então presidente da província aponta, porém, que essa estruturação tem íntima ligação com a manutenção da ordem e da conseqüente tranqüilidade pública, e que é de responsabilidade das autoridades empossadas o bom êxito da reforma.

Disposto a fazer guardar o respeito devido às Autoridades para que possam ser obedecidas no exercício das funções de seus Empregados não hesitarei também em demitil-as, quando se mostrarem omissas, ou decahirem da confiança do Governo, porque he evidente que as melhores reformas se tornaram illusórias, e de nenhum proveito, se logo ao princípio se consentirem abusos, deixando-se remediar o mal em sua raiz (Fonte: A PEES, 1843, p. 7).

Em 1848, o presidente da província, o Sr. Luiz Pedreira Couto Ferraz, em relatório referente ao ano de 1847, dispõe sobre a tranqüilidade pública como primeiro ponto, em seu relato. Afirma que o Espírito Santo goza do espírito da moderação e da ordem, já que a província está longe do ódio provocado, na opinião do mesmo, pelas lutas e pelos partidos exagerados. Os crimes cometidos, segundo ele, são em menor número que no ano anterior (1846), e esses são fruto de ódios e de vinganças particulares.

Outro item importante, ressaltado pelo presidente, diz respeito à falta de um efetivo maior para a polícia, a fim de que esta dê conta da presença efetiva em toda a província. Os poucos praças estão a serviço da guarnição da capital; mesmo assim, é criado um destacamento, na Vila de São Mateus. Com 12 soldados comandados por um oficial de patente inferior, o destacamento de São Mateus torna-se necessário, afirma o presidente, por conta da posição geográfica desta comarca, e por causa do porto, o maior de todo o litoral entre o Rio de Janeiro e a Bahia.

Mesmo assegurando a reinante paz em que se encontrava a província, o Sr. Luiz Pedreira conclui o tópico sobre tranqüilidade pública dirigindo suas preocupações aos constantes atos de fuga e de formação de quilombos, entre os negros escravos.

Não devo concluir este artigo sem chamar vossa atenção para um ponto, que considero de alguma gravidade, no presente, e que, no porvir, pode ser de conseqüência mui fatal à segurança individual e de propriedade. Fallo dos escravos fugidos, que vivem reunidos e em quilombos nas matas (Fonte: A PEES, 1848, p. 7).

De fato, a preocupação dos legisladores e das autoridades com a rebeldia escrava é uma realidade desde período colonial. Neste sentido, Adriana Pereira Campos afirma que:

A preocupação dos legisladores brasileiros com os escravos e a população de cor ganhou volume com o tempo. No período colonial, indivíduos com alguma linhagem africana não eram, por certo, raros, tampouco estavam restritos a uma classe social. A elevada

mestiçagem prevalecente no país dificultava ainda mais quaisquer distinções entre negro escravo e negro livre ou entre mestiço escravo e mestiço livre, para ficar apenas em dois exemplos representativos. Essa dificuldade fica evidente se considerarmos que, à época da Independência, em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, ao menos dois entre cada três habitantes se enquadravam nas categorias “de cor” ou “escrava” (2003, p. 93).

Tal afirmação pode ser constatada no relatório do então vice-presidente da província, Sr. José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, apresentado à Assembléia provincial, em 01 de agosto de 1848, em que versa sobre a segurança individual e propriedade:

A propósito tratarei d'um mal ingente que persegue esta província desde de muitos annos, o qual não pode ser extirpado, apenas dos esforços empregados pelas diversas administrações que hão se succedido, e de alguns sacrificios, não pequenos, do cofre provincial. Falo do grande numero de escravos que viviam juntos em quilombos, trazendo em contínuos sustos os fazendeiros (Fonte: APEES, 1849, p. 2).

Dentre os esforços empregados para combater a rebeldia dos escravos estão a compra de armas para as guerrilhas que “caçavam” escravos fugitivos, nas matas da província, o combate à formação de quilombos, a contratação de capitães-do-mato. Além dessas medidas, havia as de caráter jurídico, como a criação de várias leis, conhecidas com as Leis de Guerrilha.

A lei provincial nº8 de 31 de julho de 1845, que creou uma guerrilha para empregar-se na batida de quilombos, foi substituída pela de nº8 datada 4 de maio d'este anno, e esta satisfaz convenientemente as

necessidades de semelhante serviço, pois que, além de outras providencias, tornou permanente o lugar de commandante d'essa força, ao qual marcou o soldo de 500\$ reis annuaes (Fonte: APEES, 1849, p. 2).

Não obstante, afirma Cleber Maciel que:

Na realidade, a maior preocupação dos senhores era, e continuaria ser por bastante tempo, a fuga de escravos e a formação dos quilombos, como fica bem evidenciado em ofício de 30 de agosto de 1848, dirigido a um Conselheiro do ministro do Império, no qual o Presidente da Província do Espírito Santo referia-se ao grande número de quilombos existentes e alardeava a inquietação que estes causavam aos capixabas (1994, p. 49).

A lei que criou a guerrilha na província do Espírito Santo tinha, por objetivo, a apreensão de escravos fugidos, bem como de desertores e de criminosos; foi encaminhada à Assembléia Província pelo Sr. Joaquim Marcellino da Silva Lima, vice-presidente da província do Espírito Santo, em 31 de julho de 1845. Segue-se a lei proposta pela câmara municipal da então vila da Serra, que estabelece a forma permitida para o trânsito de escravos, na província, datada de 11 de maio de 1849, dias depois de ocorrida a insurreição do Queimado¹⁹.

A forte presença negra – seja ela escrava ou livre – tornava crescente a necessidade de criar instrumentos para garantir o controle e a segurança dos proprietários. O aumento dos destacamentos militares, tropas e do número de praças parece apontar para as apreensões da sociedade capixaba dependente da

¹⁹ Mesmo não citada no relatório do referido ano, a lei corrobora para percebermos os possíveis desdobramentos da insurreição, na província, assim como a preocupação das autoridades com a questão da segurança, após o ocorrido.

escravidão, cuja ausência ameaçaria todo o edifício econômico sob o qual estava assentada sua estrutura social (MERLO, 2006, p. 93).

Algo singular nos traz o relatório apresentado à assembléia provincial, em 1849, alusivo ao ano de 1848. É o primeiro e único documento a ligar, em um mesmo tópico, falas referentes à tranqüilidade pública, à segurança individual e à propriedade, respectivamente. Em 11 de março de 1849, o então presidente da província, Antônio Joaquim de Siqueira, discorre, em seu relato, diferentemente dos outros que o antecederam. Assim refere-se à questão:

Continuamos, Srs., a gozar de profunda e inalterável paz. Devemos tanto bem à índole pacífica e dócil dos habitantes desta província. E quanto a segurança individual alguns crimes ainda aparecem, posto que em diminuta escalla, (...). Este mal, Senhores, nasce da pouca instrucção que ainda se nota na província. Semelhante falta, fazendo desconhecer os direitos e obrigações que a natureza e a sociedade dão e impõe, origina estes criminosos que tanto cumpre evitar.

Continua:

Um mal, contudo, existe entre nós que cumpre extinguir quanto antes. Um mal que sem dúvida alguma comprometterá para o futuro a tranqüilidade da província, nossa existência, fortuna e bens. Fallo, Senhores dos Quilombos (Fonte: A PEES, 1849, p. 6-7).

O relato do presidente acerca da segurança e dos crimes que assolam a província configura, junto com a formação de quilombos, as maiores preocupações da administração da província. Outra apreensão apontada é a falta de pessoas idôneas e capazes para tomar parte nas guerrilhas, bem como o alto valor gasto, pela administração, com o pagamento dos praças e dos oficiais.

A partir de 1850, a tranqüilidade pública e a ordem social transformaram-se no objetivo central da reorganização das

instituições políticas do país. Grande parte da legislação reformista concentrou poderes para os delegados de Polícia nomeados e seus vices, os subdelegados. Às autoridades policiais foram entregues as principais competências do Juiz de Paz, de forma que eles não só eram responsáveis pelos ritos processuais que formavam a base para os julgamentos pelos Juízes e Jurados, como também possuíam competência para dar sentença em caso de crimes menores. Além dos poderes judiciais, os delegados podiam escolher os inspetores de quarteirão, os verdadeiros fiscais da ordem pública nas vilas. Essas instituições foram criadas para serem muito mais do que os olhos e ouvidos do poder central. Elas se apresentavam também como o veículo de preservação dos interesses das elites locais no interior da estrutura monárquica (CAMPOS, 2003, p. 136).

Em 1850, o relato feito pelo Sr. Felipe José Pereira Leal pode nos dar conta do quanto a questão da ordem se torna principal preocupação, no segundo quartel dos Oitocentos. De duas ou três páginas que a temática da ordem ocupava nos relatos anteriores, o relatório de 1850 tem cerca de seis páginas a discorrer sobre o assunto. Além de conter breve histórico sobre o ocorrido em outras províncias, a fala do presidente concentra-se em dar conhecimento dos vários acontecimentos ocorridos na província, que não contribuíram para o bom andamento da ordem. Entre eles, o fato de cidadãos estarem a dar proteção a escravos fugitivos, e a pouca eficiência da recente formada guerrilha para combater os quilombos. O relatório também cita a execução de dois líderes da insurreição do Queimado e as despesas com o pagamento dos algozes, contratados na corte, para a empreitada.

Como vos tem informado meus antecessores muitas tentativas hão-se feito para extirpar este terrível cancro da lavoura da província, mas desgraçadamente tem sido ellas frustradas, e por isso pesadas ao cofre provincial.

Continua:

Julgo que quando se der o facto escandaloso de certos homens receberem escravos fugidos em suas casas, e com elles trabalharem e viverem em relações com os que se achão reunidos em quilombos, como é notório, semelhante mal continuará a pesar sobre a província, e sua agricultura acabar-se-ha (Fonte: A PEES, 1850, p. 9-10).

Os escravos não eram a única preocupação da administração provincial; os índios também constituíam fonte de apreensão das autoridades locais, pois formavam uma barreira para a colonização do sertão do Espírito Santo. Além disso, pode-se apontar que a população pobre urbana também foi constante fonte de intranquilidade, como mostra o relatório de 1848, em que o presidente Antônio Joaquim de Siqueira afirma que o crime é consequência da falta de instrução e de conhecimento da população em relação aos seus direitos e obrigações. Com relação aos escravos, afirma Adriana Campos:

No decorrer do século dezenove, apesar dos “temores” dos dirigentes políticos da Província, os habitantes das vilas e cidades permaneceram legislando apenas sobre o livre trânsito de escravos pelas ruas, comércio e lugares públicos. Excetuando-se a insurreição, porém, não havia um comportamento específico do escravo que pudesse ser criminalizado. Estando presente em todos os lugares da paisagem urbana, não lhe era vedada a circulação, ainda que condicional, através das vilas ou cidades. Em vista disso, o escravo colocava-se, permanentemente, na alça de mira das autoridades policiais. Mas, (...) não era só o escravo o elemento a ser vigiado pela “Boa Sociedade”. Incluía-se também no rol de “desordeiros” um amplo contingente de pessoas das camadas inferiores. O *status* de liberdade ou escravidão pouco influía nesse caso. A pena comum para escravos, os açoites, era mais cruel, é verdade. Outro sim, havia sempre um senhor interessado em minorar os castigos. Já os livres e despossuídos costumavam ser jogados em cárceres imundos e, usualmente, lá esquecidos (2003, p. 158-159).

A partir de 1850, os debates relativos à questão da escravidão se intensificam, no âmbito da administração da província, em que se procurava evitar e reprimir qualquer manifestação de resistência dos escravos, diante da sua situação de cativo. No ano de 1869, a província começa a sentir os efeitos da campanha abolicionista, quando o legislativo aprova a criação de fundos para concessão de alforrias a escravos (COGÔ, 2007, p. 49).

De fato, os relatórios analisados apontam que a ocorrência das ações escravas na busca por mudança na sua condição de cativo - fosse a busca por liberdade ou por espaços de liberdade - foi constante, no período de 1842 a 1850; porém, não se pode afirmar que a ordem ou a tranquilidade dependesse só dessas ações. Devemos também considerar que o discurso das autoridades representa uma face da realidade do período abordado, e que esses vieses discursivos estão impregnados de interesses políticos e sociais. Podemos elucidar que esforços constantes foram feitos no sentido de conter e de erradicar a ação dos escravos, de número significativo no território do Espírito Santo, no Oitocentos, na busca de pacificar a província, fato recorrente a partir dos anos 40 do século XIX.

1.3 – OS NÚMEROS DA POPULAÇÃO ESCRAVA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, NOS OITOCENTOS.

A presença de cativos, no Espírito Santo, é datada desde o século XVI e sua concentração se deu a partir da necessidade de produzir a subsistência da capitania e, posteriormente, da província. Ao lado do índio, foi o braço negro a principal força de trabalho – primeiramente, no cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, e, em seguida, nas plantações de café.

No início do século XIX, após três séculos de colonização a capitania do Espírito Santo – ou a Capitania, simplesmente, como era chamada – ainda não havia sido conquistada aos índios. Nos primeiros séculos, os jesuítas fizeram um paciente trabalho de catequese e aldeamento, mas as florestas continuaram dominadas pelos índios, e, depois da expulsão dos religiosos, grande parte

voltou à vida livre (SALETTTO, 1996, p. 25).

Grande parte desses escravos tinha seu lugar nas plantações de cana-de-açúcar ou na então recente lavoura do café, segundo Nara Saletto (1984)²⁰. Durante o século XIX, grande parte da população escrava, na província, tinha sua distribuição quase que intimamente relacionada à demanda de mão de obra. Até meados do século XIX, o Espírito Santo teve grande parte de sua economia baseada na cultura canavieira, de longa tradição colonial (ALMADA, 1984).

(...), o governador Francisco Alberto Rubim, em sua Breve Estatística de 1818, registra a existência de 75 engenhos, Saint Hilaire menciona 60 engenhos de açúcar em toda a província, na mesma época. No baixo Itapemirim desenvolvia-se a produção do açúcar em grandes fazendas, com nove engenhos reais e muitos lavradores de cana. (...), sendo a maior a de Araçatiba, antiga fazenda dos jesuítas, à margem do rio Jucu (SALETTTO, 1996, p. 27).

De fato, o trabalho foi o *ethos* dos escravos durante todo o período de vigência do sistema escravista; no século XIX, os escravos formavam grande parte da população provincial. Segundo a historiadora Nara Saletto (1996), o percentual de escravos era considerável, em relação ao número de habitantes. No censo de 1824, a província contava com 35.000 habitantes, número significativo para a pequena ocupação do território, na época.

²⁰ Ao longo do século XIX, em levantamento e análise de 136 inventários realizados por Vilma Almada (1984), constatou-se que o café passa ser cultivado, em larga escala e em proporções diferentes, nas propriedades agrícolas na região do Itapemirim e na Comarca de Vitória. No período que vai de 1850 a 1886, 49% das 54 propriedades de Vitória e de Vianna, assim como 100% das 51 propriedades de Cachoeiro do Itapemirim plantavam café. A cana-de-açúcar, pelo contrário, era cultivada em apenas 13 unidades, das 105 pesquisadas nas duas regiões, sendo que 8% delas apresentavam o café como cultura subsidiária.

A colonização não avança além da faixa de 4 léguas, em média, ao longo do litoral, ao sul do rio Doce, pois desde o rio até o limite com a Bahia dominava a floresta, à exceção de um pequeno núcleo no baixo São Mateus. Nessa faixa litorânea, havia, em 1818, meia dúzia de vilas e outras tantas povoações, e algumas delas eram de índios pescadores (SALETTTO, 1996, p. 25).

Em 1824, a população livre contava com 22.165 habitantes, sendo que, desta parcela, 8.094 eram brancos, 5.788 eram índios (provenientes de antigos aldeamentos jesuíticos), 2.682 e 5.601 eram negros e mulatos forros, respectivamente. O número de escravos era de 13.188, a representar um percentual de 37% da população geral.

Ainda sobre os escravos, os censos de 1824 e 1827 oferecem outras indicações: a distribuição por sexo era equitativa, não havendo predomínio de homens assinalado em outras regiões, e de fato excepcional no Brasil da época, a população escrava apresentou um crescimento vegetativo; no ano de 1827 nasceram 300 escravos e morreram 300. Em contrapartida, a importação de cativos parece ter sido reduzida, pois no mapa de 1827 aparecem apenas 100 deles, muito pouco em relação aos 13 mil existentes (SALETTTO, 1996, p. 28).

Nas regiões mais povoadas e economicamente importantes da província concentrava-se o maior contingente de escravos. Em 1824, a Comarca de Vitória contava com 54% da população escrava da província, a região do Itapemirim com 23 %, São Mateus com 20,1%, e Serra com 2%. Em 1856, houve um acréscimo substancial no número de cativos, na região do Itapemirim, em relação da Comarca de Vitória - 40% e 35,7% respectivamente. Isso se deve ao crescimento da lavoura do café no local; em 1872, Itapemirim conta com um contingente de escravos superior ao de Vitória, na ordem de 52% para 30%. As regiões de São Mateus e da

Serra apresentam, no período de 1824 a 1872, uma relativa estabilidade no número de cativos, sendo que a Serra apresenta um aumento de 2%, em 1824, para 6%, em 1856, e 4,8%, em 1872. A região de São Mateus, ao contrário, mantém o percentual com pouca alteração - em 1824, com 20,1%, e, 1856, com 18%, apresentando, em 1872, uma diminuição de 12,6% na população de escravos (VASCONCELOS, 1978).

É interessante notar que, por volta de 1872, em Vitória, a maioria dos escravos era de jovens com menos de 20 anos, 2.387 eram lavradores e 1.316 trabalhavam em serviços domésticos. Aliais, 43,6% dos escravos eram crianças *de* menos de 16 anos. Enquanto só podiam ser considerados velhos só 15,5% do total de 6.919 escravos da região (MACIEL, 1994, p. 30).

Segundo Robson Martins (2002):

O desenvolvimento da produção de café intimamente relacionado com o crescimento da população livre e escrava e com sua distribuição desigual entre as regiões norte, centro e sul do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX (p. 193).

Em meados de 1884, havia aproximadamente um milhão de escravos nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, o que correspondia ao dobro do número de cativos nas províncias do nordeste. A produção agrícola abrigava grande parte do conjunto dos escravos da província. Mesmo nos últimos anos do século XIX, com o crescente processo de urbanização, que, no Espírito Santo, só ocorre de fato no século XX, a população escrava se concentra nas chamadas áreas rurais e nos arredores dos pequenos núcleos urbanos, como no caso dos escravos envolvidos na insurreição do Queimado.

No relatório do suíço Jonhann Von Tschudi ²¹, em viagem realizada ao Espírito

²¹ Publicado em 2004, pelo governo do Estado do Espírito Santo e pelo Arquivo Público Estadual, em edição comemorativa aos 148 anos da imigração suíça no ES.

Santo, em 1860, este afirma que a província, no tocante ao desenvolvimento da lavoura, estava dividida em três zonas: a do sul, representada pelo rio Itabapoana até rio Benevente, a do norte, entre os rios Mucury e Santa Cruz, especialmente as terras junto ao rio Doce, e a central, correspondente ao rio Santa Maria.

Em dados correspondentes aos anos de 1851 e 1871, a população da província se encontrava distribuída da seguinte forma:

População da Província do Espírito Santo – 1851 e 1871

Ano	Escravos	Livres	Total
1851	12.269	36.823	49.092
1871	18.760	51.825	70.585

(Fonte: MACIEL, 1994, p. 25).

A tabela acima ilustra como era significativa a presença da população escrava na província, que cresce mesmo após a Lei nº. 581, de 4 de setembro de 1850, que proibiu o tráfico negreiro, conhecida como Lei Euzébio de Queiroz. Devemos considerar que, dentre a população livre quantificada na tabela, deve-se incluir na categoria os livres ou escravos forros. Neste sentido, podemos perceber que, mesmo depois de 1854, com as severas punições ao tráfico (ALMADA, 1984), o número de escravos continua crescendo em relação ao de homens livres. Neste caso, existe outro fator que deve ser considerado: o crescimento vegetativo da população escrava, ou seja, o número de nascimento em relação ao número de mortos (SALETTTO, 1996).

No período de 1851 para 1871, São Mateus era o maior centro capixaba em número de escravos, no norte da província. As regiões de Castelo, Itabapoana e Itapemirim, ao sul, e as margens do rio Santa Maria de Vitória na região central da província, eram onde também ocorria o contrabando e a comercialização dos cativos.

Os números correspondentes à densidade demográfica, dos Oitocentos, ainda são inconclusivos por falta de uma sistematização das poucas fontes existentes e de um

trabalho diligente que construa uma demografia mais próxima da realidade dessa época. Contudo, podemos afirmar que, de maneira geral, até 1890, o número de escravos e de pretos forros vem paulatinamente diminuindo em relação ao de homens livres na província, por conta das leis anti escravagistas, da compra e da concessão de alforrias (MACIEL, 1994, p. 27).

O processo que leva ao fim da escravidão foi muito lento. Pode-se dizer que ele começou já com as lutas dos primeiros escravos e foi acelerado pelas revoltas, pelas fugas e pelas formações de quilombos. Entretanto deve-se considerar também a legislação que põe fim ao tráfico, a ação dos abolicionistas e a aprovação e aplicação de leis (...), a lei do ventre-livre, a lei do sexagenário e a lei Áurea (MACIEL, 1994, p. 57).

No Espírito Santo, a concentração de negros após a abolição, e mesmo nos dias atuais, parece que não se alterou de forma significativa. A presença do negro pode ser percebida com mais intensidade, ainda hoje, nas antigas regiões de concentração de escravos no século XIX: ao norte, a região que hoje compreende os municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Nova Venécia; no sul, a região do vale rio Itapemirim; Vitória e o município da Serra, na região central.

Não obstante, podemos afirmar que o número significativo de escravos, bem como sua concentração em regiões bem delimitadas, pode contribuir para as ações emancipatórias promovidas pelos escravos, como no caso da insurreição do Queimado? O livre trânsito dos escravos, como afirma a historiadora Adriana Campos (2002), foi um dos fatores que possibilitaram a insurreição do Queimado? Esta representou, para as autoridades, a possibilidade de rompimento da ordem na província? Como podemos afirmar que a insurreição escrava de 1849 foi o mais importante movimento promovido por escravos, nos Oitocentos, na província do Espírito Santo? Pode o não acesso ao processo penal da insurreição tornar nossos questionamentos inconclusivos? Estas são algumas questões que tentaremos responder ao longo dos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

2.1 – ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E RESISTÊNCIA NO SUDESTE DO BRASIL, NOS OITOCENTOS.

Na Antigüidade, a liberdade era atributo pertencente à categoria dos cidadãos, isto é do homem considerado livre, na estrutura da *polis*; o termo 'liberdade' representava, sobretudo, uma distinção política. Encontrava-se próximo do *status libertatis*, que tinham os estamentos sociais que usufruíam de privilégios, de regalias próprias. Poder e liberdade eram palavras praticamente sinônimas.

Compreendia-se a liberdade como o poder de se movimentar sem impedimentos, seja em razão da debilidade do corpo, seja em razão da necessidade, ou mesmo em razão do impedimento imposto por ordem de um senhor. O "eu posso" era mais representativo do que o "eu quero". Portanto, a antiguidade não conheceu a liberdade individual como autonomia ou determinação, própria das sociedades modernas.

Atualmente, os estudiosos da escravidão moderna, sobretudo os historiadores brasileiros, vêm dedicando os mais sinceros esforços no sentido de traduzir os sentidos e os usos da liberdade para o conjunto de escravos que, ao longo de sua história, na diáspora, buscou formas diversas para obtê-la. Toda vez que deparamos com o empenho dos escravos, na forma individual ou coletiva, na busca pela liberdade, encontramos as diversas formas de resistência.

As ações escravas, denominadas genericamente de resistência, não eram tão-somente reações diretas às práticas coercivas dos senhores. Os significados do protesto, cultura e autonomia vivenciados cotidianamente pelos escravos, em vez de cristalizado por definições abstratas, eram – entre outras coisas – fruto de permanentes redefinições das políticas de domínio, as quais procuravam modificar ou destruir. Podiam fundir-se e transformavam cotidianamente a partir de experiências concretas, seja pelo enfrentamento aberto contra os senhores, como as insurreições, seja pela formação de fugitivos, como os quilombos. E não eram incompatíveis com os arranjos familiares ou a ideologia da alforria (GOMES, 2006, p. 281).

“Onde houve escravidão, a resistência foi um fato comum” - essa afirmação, da historiadora Emilia Viotti (1994), parece-nos um consenso entre aqueles que se dedicam ao estudo da resistência escrava, na atualidade. No Brasil, e mais precisamente no sudeste brasileiro, essa é uma afirmação incontestável. Nos últimos anos, uma produção considerável vem sendo dedicada à resistência escrava, bem como à temática da liberdade, em seus vários aspectos. Stuart Schwartz (2001) certifica-nos de que houve “[...] uma época em que a historiografia brasileira ignorava esse aspecto do passado do país; contudo, trabalhos realizados durante os últimos cinquenta anos [...] mudaram bastante essa situação” (p. 214).

Na historiografia sobre resistência e liberdade destacamos as seguintes obras: *Negociação e Conflito* (1989), de Eduardo Silva e João José dos Reis, *História dos Quilombolas e Cidades Negras* (2006), de Flavio Gomes, *Ser escravo no Brasil* (1990), de Kátia Mattoso, *Das Cores do Silêncio* (1998), de Hebe Maria Mattos, e *Visões da Liberdade* (1989), de Sidney Chalhoub.

Tema apenas periférico na historiografia tradicional, a resistência ao sistema escravista tem inspirado, nas últimas três décadas, uma produção significativa tanto no Brasil quanto no exterior. Por toda a parte, e não sem polêmicas, abre-se um leque de questões que vão das formas explícitas de resistência do dia-a-dia – roubos, sarcasmos, sabotagens, assassinatos, suicídios, abortos –, até aspectos menos visíveis, porém profundos, de ampla resistência sociocultural (SILVA & REIS, 1989, p. 62).

Resistência e liberdade são aspectos importantes no cotidiano do escravo, na sociedade brasileira do século XIX, e sempre estiveram lado a lado, manifestando-se de formas diversas e multifacetadas, ao longo dos séculos de escravidão. Dessa forma, parece-nos que a resistência possui características peculiares, podendo ser percebida ora de forma aberta, ora através dos laços de solidariedade construídos, na diáspora, pelos cativos, bem como por aquelas ações que buscam demarcar territórios de sociabilidade negra, como no caso dos escravos urbanos nas irmandades religiosas. Mesmo com uma população expressiva no conjunto total da

população, os escravos no Brasil dos Oitocentos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema, conforme revelam Eduardo Silva e João José dos Reis (1989).

A resistência pode ser percebida, no cotidiano do escravo, na busca pela conquista da liberdade, fosse ela a partir do ato de protesto (assassinato de senhores, fugas, insurreições e revoltas), ou de forma legal, a partir da emancipação concedida pelo senhor ou, ainda, na compra da liberdade, em que o escravo passa a ser preto forro (aquele que possui a carta de alforria). É necessário lembrar que, para um cativo, nos Oitocentos, liberdade pode ter vários significados sociais, como bem nos lembra Geraldo Antonio Soares, em artigo sobre alforrias, na Freguesia de São João de Cariacica, no final do século XIX:

Existe toda uma discussão na historiografia sobre a escravidão no Brasil: o liberto condicional entrava no gozo de sua liberdade de imediato, ou tal liberdade somente seria uma realidade para ele quando se cumprisse a condição? Isso poderia levar anos — quando da morte do senhor, por exemplo, condição muito freqüente nas cartas de alforria. Havia a respeito do estatuto do liberto condicional algo mais que uma querela jurídica. Quando um escravo recebia uma carta de liberdade condicional, esse liberto sob condição criava toda uma expectativa de que sua situação havia mudado. O mesmo poderíamos dizer em relação ao senhor, já que se ele concedeu a carta de liberdade foi com algum objetivo em mente. Em nossas fontes encontramos algumas cartas de liberdade condicional, e em todas elas a condição era de que o liberto continuasse prestando seus serviços ao libertador até a morte deste. Encontramos dois tipos de carta: a de liberdade condicional propriamente dita e a de liberdade *en causa mortis* (SOARES, 2006).

Segundo Sidney Chalhoub (1990), na historiografia tradicional, a resistência escrava oscila entre o discurso da denúncia à violência da escravidão e à vitimização dos negros e aquele pontuado pelos feitos heróicos, no qual Zumbi seria seu maior

expoente. O autor aponta que ambos têm pertinência, porém deduções filosóficas a respeito de um assunto que exige, antes de tudo, uma análise atenta e sistemática de fontes históricas pertinentes. Portanto, Chalhoub aponta para outra preocupação, que diz respeito a análises históricas produzidas por ciências auxiliares, como a sociologia, ou por historiadores autodidatas, o que, de maneira alguma, retira a importância dessas análises para o estudo da presença do negro no Brasil.

Com efeito, um pouco mais de intimidade com os arquivos da escravidão revela de chofre ao pesquisador que ele está lidando com uma realidade social extremamente violenta: são encontros cotidianos com negros espancados e suplicados, com mães que têm seus filhos vendidos a outros senhores, com cativos que são ludibriados em seus constantes esforços para obtenção da liberdade [...] (CHALHOUB, 1990, p. 35).

No século XIX, o braço escravo – presente mais intensamente no meio rural até o século anterior -, com o crescimento das cidades, passa a se concentrar no meio urbano. De acordo com Flavio Gomes, diferente das paisagens peculiares das grandes plantações, conhecidas como *plantations*, e das minas de metais e de pedras preciosas, “parte da história da escravidão atlântica foi vivenciada em paisagens urbanas ou semi-urbanas” (2006). “Em várias sociedades escravistas [...], surgiram espaços sociais com considerável concentração de população afro-descendente, entre livres, libertos e escravos” (GOMES, 2006, p. 9).

No sudeste brasileiro, o Rio de Janeiro era a maior cidade escravista das Américas, seguida, em número menos significativo, pela cidade de São Paulo e pela paróquia de Vitória, no Espírito Santo, que possuía um grande número de negros (escravos e livres). Sede da coroa portuguesa desde 1808, com a chegada da corte ao Brasil, o Rio de Janeiro e suas freguesias urbanas ²² já em 1821 contabilizavam 45,6% de escravos e pretos livres que, junto com os das freguesias rurais, somavam 48,8% da

²² Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita e Santana.

população total. No Espírito Santo, na paróquia de Vitória²³, 73% da população era constituída por pretos (escravos e livres) e, em São Paulo (que contava, na época, com nove freguesias), só na freguesia da Sé os escravos representavam 20% da população, sendo que o percentual de pretos e de pardos livres era de 25% da população livre.

Mas as cidades negras não eram só números. Tinham suas próprias identidades, reinventadas cotidianamente. Africanos e crioulos não eram necessariamente uma multidão ou massa escrava nos centros urbanos. Os recém-chegados produziam identidades diversas, articulando em determinações do tráfico, aquelas senhoriais e a sua própria reinvenção em determinados cenários. [...] Não havia necessariamente uma regra ou padrão único para essas definições de identidades [...] dos africanos na diáspora, mas sim expectativas (nos espaços religiosos, no mercado de trabalho e também em suas moradias) e o contexto sóciodemográfico à sua volta (GOMES, 2006, p. 13-14).

Além do meio rural, onde a resistência é uma ocorrência desde os tempos de colônia, as chamadas cidades atlânticas e seu entorno – como no caso da Freguesia do Queimado – são os espaços em que, durante os Oitocentos, são redefinidos os significados de cativo e da liberdade.

É necessário, segundo Kátia Mattoso (1982), considerar que, no Brasil do século XIX, cidade e campo estão estreitamente relacionados, não havendo limites precisos entre os mesmos. Logo, o deslocamento de escravos, de comerciantes, de proprietários de terras, bem como de animais, são comuns; as cidades são impregnadas de ruralidade e vice-versa, a guardar as particularidades de cada província.

Segundo Flavio Gomes (2006), em várias localidades do sudeste brasileiro, o protesto escravo foi registrado nos anúncios de jornais, em crônicas da época e na

²³ A paróquia de Vitória, no século XIX, era formada pelas seguintes freguesias: Cariacica, Queimado, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Espírito Santo e Vianna.

documentação oficial das autoridades. Os jornais do século XIX são fontes ricas acerca das várias faces da vida escrava; através de suas linhas, são contadas inúmeras histórias de fugas individuais e coletivas, de insurreições, não só no espaço urbano quanto no rural. Os relatos das fugas, da formação de quilombos e das revoltas somam-se aos anúncios de escravos de aluguel, bem como à oferta de serviços prestados por pretos livres e por escravos. Vale ressaltar que as fugas constituem um capítulo à parte, pois, ao que parece, essa foi, dentre as várias formas de resistência, a de maior ocorrência em todo o período de vigência da escravidão no Brasil, a ocorrer tanto no meio rural quanto no meio urbano. Outra característica dessa modalidade de resistência é aquilo que a historiografia brasileira chama de *petit marronage* de escravos, ou ainda, o que Eduardo Silva e João José dos Reis (1989) chamam de fuga-relâmpago, em que os escravos ausentam-se por um curto período. Nas fugas, o cativo busca a ruptura com sua condição, o que, muitas das vezes, deu origem a quilombos e aos bandos de fora-da-lei, nos rincões do Brasil.

Tanto no meio rural quanto no meio urbano, a resistência coletiva ou individual ao sistema, na busca pela liberdade, é fato considerado pela constância com que ocorreu.

A resistência escrava é inerente à própria instituição do regime de trabalho escravo na América. Nos últimos anos, a historiografia vem ampliando os horizontes sobre as variadas formas de protesto escravo e revelando o quanto eles foram agentes de sua própria história, reelaborando os códigos sociais através de uma interpretação própria, seja fazendo-se presentes pacificamente e submetendo-se ao regime de trabalho das cidades e das fazendas, seja promovendo o terror no campo, nas vilas e nas cidades com seus planos de revolta (MARTINS, 2000).

Os fenômenos do conflito compreendem revoltas, tumultos, insurreições, revoluções e guerra entre nações. O historiador Charles Tilly (1975), ao elaborar estudos sobre conflitos pré-industriais, como os dos negros americanos, oferece-nos uma análise

das mudanças históricas e de como essas podem emergir a partir do protesto de grupos, em face à ordem social estabelecida.

O protesto político é um conjunto de acontecimentos, violento ou não, que possui duas dimensões: o protesto e a rebelião. A motivação para sua ocorrência, segundo Charles Tilly (1975), pode variar do descontentamento ao estabelecimento de laços de solidariedade. Neste sentido, os conflitos gerados pela busca da emancipação dos escravos pretos e pardos podem ser definidos como protesto político, na medida em que diz respeito a questões inerentes ao exercício de autoridade, nos termos conceituados por Ekkart Zimmermann, no artigo intitulado *Macropesquisa comparativa sobre o protesto político*:

O protesto político, como é aqui definido, consiste em atividades relativamente efêmeras, na maior parte (mas não exclusivamente) violenta, exercida por um grupo de pessoas, ou em nome delas, “contra um regime ou governo, contra um ou mais de seus líderes; contra sua ideologia, suas políticas ou falta de política; [...] o protesto torna-se político: 1. por meio dos alvos escolhidos para o protesto; [...] 2. por meio da reação dos alvos ou das pessoas responsáveis por sua proteção; e, por meio da reação do público em geral (ZIMMERMANN, 1985, p. 195).

Não obstante, afirma Geraldo Antônio Soares:

O conflito para nós é uma forma de pulsação social. Diríamos que o conflito, (...), é uma forma reveladora de ritmo ou de dinâmica social e política, constituindo-se assim objeto por excelência da história, na medida em que esta trata da mudança (2004, p. 61).

A política tem sido tratada como parte do universo dos homens livres, nas chamadas sociedades modernas. Contudo, acreditamos que se faz necessária uma abordagem que evidencie a política praticada pelos escravos, definindo-os como agentes

políticos, conforme afirma João José dos Reis e Eduardo Silva:

Os rebeldes que fizeram seus movimentos em contextos pré-industriais ou pré-capitalistas ganharam a denominação de rebeldes primitivos e seus movimentos foram chamados de pré-políticos. Essa terminologia de inspiração evolucionista, elaborada com certo cuidado por Eric Hobsbawm, já foi habilmente criticada por nossos antropólogos e historiadores. Eles colocaram as peças no lugar certo: não se trata de uma questão de “pré” ou “pós”, trata-se do diferente. Os “rebeldes primitivos” faziam a política que podiam fazer face aos recursos com que contavam, a sociedade em que viviam e as limitações estruturais e conjunturais que enfrentavam (SILVA & REIS, 1989, p. 99).

Todas as várias formas de protesto em que o escravo foi protagonista, no século XIX, podem ser compreendidas pela busca de uma redefinição das práticas sociais. Como denomina a historiadora Hebe Maria Mattos (1995), pela politização da ação cotidiana do escravo. Neste sentido, afirma Kátia Mattoso, no já clássico *Ser escravo no Brasil*:

O trabalho cria entre os negros escravizados os primeiros espaços de segurança necessários à sobrevivência. Se bem feito, permite ao escravo desembaraçar-se da presença sufocante do senhor, cuja vigilância se relaxa um pouco. Se realizado com espírito de ajuda mútua em relação aos seus companheiros de labuta, proporciona ao trabalhador a consideração e o apoio de todo o seu grupo. Mas a vida da comunidade do trabalho, na cidade ou no campo, é insuficiente para dar ao escravo o mínimo de autonomia indispensável a cada homem. Ele carece de outros refúgios[...]. Na realidade, qualquer associação, autorizada ou proibida, não representa um refúgio, um protesto, uma reação de defesa contra a carga da escravidão? Para o escravo, unir-se é contestar, mesmo quando a repulsa se dissimula numa prática social permitida pelo senhor (1982, p. 112).

Os escravos, em vários episódios, criaram espaços baseados em laços de solidariedade ou de pertencimento, seja no trabalho, seja na vida familiar, seja nas relações de compadrio, seja na constituição de quilombos e, até mesmo, nas rebeliões e insurreições, que tiveram lugar no século XIX. Esses laços de solidariedade podem ser percebidos em duas formas básicas: aqueles estabelecidos entre cativos, e aqueles estabelecidos com homens livres, que podem ser, ou não, senhores de escravos. Dentre as pesquisas realizadas sobre a constituição dessas relações solidárias, destaca-se a obra *Das cores do silêncio* (1995), de Hebe Maria Mattos, que afirma que a resistência do negro à sua situação de cativo é significada e resignificada nas relações sociais e no cotidiano, havendo diferenças no contexto rural e no contexto urbano. Neste sentido, afirma Patrícia Merlo:

Há que se destacar ainda que a despeito das dificuldades criadas pela escravidão à constituição de famílias, tanto africanos quanto crioulos, investiram grande esforço na construção desses laços. As relações familiares por afinidade ou consangüinidade eram fatores constitutivos da vida cotidiana dos cativos, informando mais que o pertencimento a um grupo, as mediações e alianças que refletiam na construção de identidades coletivas. Certamente a natureza e a composição do lar cativo dependeu da especificidade regional e temporal. No entanto, dentro das possibilidades cotidianas, a família cativa guardava sua antiga função de organizadora da auto-identidade e dos valores compartilhados (MERLO, 2007).

A rede de sociabilidade dos cativos é estabelecida na medida em que se criam as oportunidades e os espaços no qual o estatuto rígido estabelecido na relação escravo e senhor são abandonados momentaneamente. Os cativos estavam constantemente na busca desses espaços, em que se configura um dos aspectos mais importantes da resistência, que é a negociação, fosse ela no estabelecimento de espaços de sociabilidade ou, ainda, de laços de solidariedade, que garantiam a sobrevivência na violência própria do sistema escravista. A negociação possibilita não a liberdade representada pela carta de alforria, ou, ainda, a liberdade do quilombo e da fuga, mas, sim, cria aquilo que Hebe Maria Mattos (1998) chama de

“espaços de liberdade”. De acordo com Adriana Campos (2002), a negociação não anulava o conflito existente no período, mas constituía uma alternativa de luta dos escravos por situações que considerassem mais justas.

Neste sentido, podemos pensar na possibilidade da negociação como uma face da resistência à escravidão, na medida em que formula possibilidades de socialização além daquelas pertinentes aos estatutos sociais de uma sociedade dividida entre livres e cativos. O que denominamos ‘sincopa libertária’ é cabível tanto para designar a luta aberta quanto para designar a sutileza da negociação; portanto, a resistência, em nosso entendimento, caracteriza-se pela construção de um diálogo, às vezes de forma pacífica, outras de forma violenta. Nos dois momentos, escutamos a voz do escravo traduzida, em última instância, na busca por liberdade.

A historiografia brasileira, a partir da década de 1980, passa a investigar a multiplicidade das experiências negras sob o escravismo, buscando as visões escravas acerca da escravidão e da liberdade. Procura mostrar como aqueles que estiveram submetidos ao cativeiro tinham valores e projetos - diferentes de seus senhores - e lutavam por eles de variadas formas. Esses estudos contestam o entendimento da resistência escrava somente como fuga, rebelião e violência contra senhores e capatazes.

Autores como Flavio Santos Gomes, Eduardo Silva, Sidney Challhoub, João José Reis, Hebe Maria Mattos têm demonstrado que não é cabível a oposição entre resistência escrava e acomodação, a preferir a utilização do conceito “adaptação”, que significa dizer que eram diversificadas as estratégias, de acordo com as peculiaridades de cada região e de cada período do escravismo. Em um país de dimensões continentais, parece evidente que adaptações teriam que existir, não tendo a escravidão um único padrão, mas uma diversidade de possibilidades e de enquadramentos.

Ao redimensionar a abordagem do tema, esses pesquisadores afastaram-se do debate sobre os modos de produção e passaram a analisar os significados históricos das lutas escravas, enfocando o ponto de vista dos escravos. Avançaram no sentido de recuperar as práticas cotidianas, os costumes, as resistências e os modos de sentir, de conviver, de pensar e de agir dos escravos.

2.2 – ESPAÇOS DE LIBERDADE NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, NOS OITOCENTOS.

A historiadora Adriana Pereira Campos (2003), afirma que, na província do Espírito Santo, os escravos não chegavam a constituir uma preocupação das forças repressoras locais, cujas ações se voltavam mais para a prisão de homens livres pobres que praticavam desordens e vozerios nos meios urbanos. Segundo Cleber Maciel (1994), documentos de 1710 registram a existência de quilombos na província, nas regiões do Itapemirim, Serra, Muribeca, Ponta da Fruta e Guarapari. Registros da existência de quilombos são evidenciados em um ofício de 30 de agosto de 1848, enviado pelo então presidente da província a um Conselheiro do Ministro do Império. O presidente se referia à preocupação da população capixaba com o crescente número de quilombos, na província.

O aumento das fugas de escravos pode-se confirmar, segundo Cleber Maciel, pelos constantes pedidos da elite local para a captura de escravos, principalmente após 1850 - por coincidência ou não, um ano depois da revolta de Queimado. Dessa forma, pode-se perceber com clareza em que contexto aconteceu o fato conhecido como a Insurreição dos Escravos do Queimado, a mais importante manifestação, devidamente documentada, dos negros contra a escravidão no Espírito Santo (MACIEL, 1994, p. 49).

O professor Geraldo Antônio Soares, em artigo intitulado “*Quando os escravos fugiam: província do Espírito Santo, últimas décadas da escravidão*” (2003), a tomar por base casos levantados em inquéritos policiais, não pensa a fuga de escravos como resistência. Tal conceituação, em sua opinião, pode restringir a riqueza, a diversidade com que os escravos viam, sentiam e percebiam seu cotidiano. Soares põe-se a pensar o conjunto de ações emancipatórias individuais como possibilidade de diálogo, baseado ou não na negociação.

Para esse autor, o cotidiano dos cativos deve ser visto através da diversidade e da riqueza das experiências vividas pelos escravos, e nas relações que estes constroem no dia-a-dia. Afirma que as ações individuais pesquisadas e apresentadas no artigo não visam ao rompimento com a ordem do sistema, mas sim, à busca por espaços de liberdade. É o que ocorre no caso do escravo Francisco

que, segundo Geraldo Antônio Soares, busca um padrinho (intermediário) para voltar para o seu “dono”, negociando, assim, os termos de seu retorno, na busca de redefinir sua própria condição de escravo (2003, p. 61).

Acreditamos que essa visão é fruto de um olhar direcionado no cotidiano e, portanto, mostra-se como uma das possibilidades de se perceber o escravo, em dimensão cotidiana, pessoal e individual. Não obstante, mesmo a privilegiar, na construção dessa dissertação, as ações coletivas, tais dimensões se fazem presentes; porém, elas se encontram diluídas nos acontecimentos, por serem, de forma geral, narradas pelas autoridades e pelo discurso da ordem.

A província do Espírito Santo, assim como o restante do império, foi palco de insurreições, de fugas e de formação de quilombos, ao longo do século XIX. No Espírito Santo, os estudos sobre a resistência à escravidão têm-se concentrado especialmente nas últimas décadas que antecedem à proclamação da lei Áurea, uma vez que são raras as menções a revoltas cativas no período que antecede aos anos de 1850 (como o caso de Queimado). Contudo, podemos confirmar, a partir de diversos registros, que a resistência dos cativos e a busca por liberdade é fato já no início do século XIX.

O considerável número de escravos e sua concentração em determinadas áreas influenciaram muito as ações emancipatórias da população escrava, na província. Mesmo em número reduzido de registros, as formas coletivas de resistência, como insurreições e fugas coletivas, são uma realidade na província, no período dos Oitocentos. Destacam-se três episódios: o primeiro, na comarca de Nossa Senhora da Vitória, em 1800; o segundo, na Vila da Serra e região do então distrito de São José do Queimado, em 1822; em São Mateus, já no final de regime de escravidão, em 1885. Importante foco de concentração de escravos, a região central da província é composta pela sede da administração provincial, Vitória, e pelas localidades de Cariacica, Queimado, Vianna e a vila do Espírito Santo. A cidade de Vitória, no século XIX, é um mundo em transformação, principalmente a partir de 1840, em que os negros, fossem cativos, forros ou livres, buscavam seu espaço na sociedade da época.

Segundo Patrícia Merlo (2003), há, nos espaços públicos da comarca de Vitória, a presença massiva de escravos, além de homens livres (brancos, pretos e pardos), e imigrantes europeus. Os relacionamentos são marcados por conflitos próprios de

uma sociedade em que há busca e constante redefinição dos papéis identitários. No século XIX, negros (escravos ou forros) e imigrantes procuravam seu espaço na sociedade, e os contatos entre essas pessoas não se caracterizavam por uma animosidade em especial ou por uma competição ligada ao mercado de trabalho, ainda não existente no sentido moderno (SOARES, 2004).

Portanto, não é de se admirar quando encontramos o primeiro registro, que temos conhecimento, acerca de um movimento que envolveu um número considerável de cativos, ocorrido em Vitória. Em 1800, o então recente governador da ainda capitania, o Sr. Antônio Pires Silva Pontes Paes Leme, conhecido na historiografia como Silva Pontes ²⁴, em carta datada de 20 de maio de 1800, dirigida ao Conde de Linhares, informa a fuga de pouco mais de cem escravos, na então Villa de Nossa Senhora da Vitória.

Segundo conta, um primeiro grupo de rebelados era composto por cento e treze escravos comprados por Gonçalo Pereira Porto dos jesuítas, e herdados por seu sobrinho, Francisco Pinto Homem. As razões da revolta, segundo consta, repousavam no descontentamento dos ditos escravos em relação aos novos proprietários, (...) (MERLO, 2004, p. 143).

Sabe-se, pela fala de Silva Pontes, que os rebeldes encontravam-se a meia légua da vila de Vitória, próximos da região chamada Itapóca, localizada do outro lado da baía e da estrada de acesso às lavouras do sertão. Provavelmente, leva-se a crer que passaram a constituir um quilombo; o governador ainda informa que, próximo do Monte Mochuara, mais de trezentos escravos formavam um enorme quilombo, a viverem em ranchos fortificados.

²⁴ Silva Pontes era natural de Mariana, em Minas Gerais, doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, lente da academia de Marinha de Lisboa e geógrafo experimentado em missão de relevo, no Brasil.

Sem dúvida, cabe considerar que as situações-limite que acabaram em fugas ou conflitos abertos entre senhores e cativos, (...), foram comuns na história da escravidão brasileira, porém não tão corriqueiras como se insistiu em pensar por muito tempo (MERLO, 2004, p. 144).

O esforço empreendido na captura de escravos fugitivos ou aquilombados se dava de duas formas: a partir da iniciativa do senhor ou a partir da iniciativa do estado. Neste último caso, foi formado, com mais de cem homens, um corpo de infantaria, por ordem de Silva Pontes.



Mapa 1- Barra e Baía do Espírito Santo, com a Ilha de Vitória, de João Teixeira Albernaz. Arquivo: Biblioteca Itamaraty, Rio de Janeiro ²⁵.

Segundo Patrícia Merlo (2004), a situação era definitivamente desconfortável para o governo, pois os rebeldes viviam próximos à vila, espremidos entre o mar e o sertão; na opinião do governador, era responsabilidade do poder público tentar restituir, ou, pelos menos, garantir a ordem. Mesmo assim, Silva Pontes relata que, antes de uma

²⁵ Legenda e brasão inacabados. A geografia da região (século XIX), em torno da baía de Vitória, demonstra de fato como a população da cidade e dos arredores estava, de fato, próxima aos acontecimentos descritos por Silva Pontes.

investida bélica, tentaria um acordo, a dar um prazo aos referidos escravos para que estes retornassem aos seus donos, evitando o provável derramamento de sangue de ambos os lados. Não se sabe qual o desfecho da contenda, mas, de fato, ela demonstra muito bem a busca, por parte dos cativos, pela liberdade, bem como pela saída da sua condição de escravo.

Em livro intitulado *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*, Basílio Carvalho Daemon descreve a revolta ocorrida em 1822, nos confins do atual município da Serra. Assim o autor escreve:

Dirige o Juiz Ordinário Luís da Fraga Loureiro em 26 de Maio deste ano a José Bonifácio de Andrade e Silva um Ofício sobre a insurreição de escravos na freguesia e hoje cidade da Serra, nos lugares Jacareípe, Una, Tramerim, Queimado e Pedra da Cruz, tendo havido grande perturbação e desacatos presenciados pelo próprio Juiz Ordinário, que abriu a devassa, mandando castigar e tomando sérias providências para abafar o levante que tinha por fim a liberdade geral, e para o que haviam todos os escravos comparecido à missa armados de armas de fogo, facas e paus, a fim de obrigarem o Vigário a ler-lhes as cartas de liberdade, sendo o cabeça desta sedição Antônio, escravo de Maria Madalena ²⁶ (DAEMON, 1879).

Um escravo, de nome Antônio, teve a iniciativa de convocar os demais escravos da região, a fim de que, na hora da missa, fosse dada a eles a liberdade. Armados de armas de fogo e de paus, eles causaram horror aos moradores da Vila da Serra e da região próxima. Da revolta, o único registro é o ofício encaminhado, pelo juiz ordinário da Vila da Serra, o senhor Luiz da Fraga Loureiro, ao presidente da junta do governo provisório, em 26 de maio de 1822. Não sabemos se tal acontecimento teve alguma influência nos acontecimentos dos 19 de março, vinte sete anos depois; não obstante, podemos afirmar que a insurreição de 1849 não foi a única na região.

²⁶ A versão aqui utilizada da obra de Basílio Carvalho Daemon é fruto de uma revisão elaborada por Maria Clara Medeiros Santos Neves. Disponível no site: <http://www.estacaocapixaba.com.br>, acessado no dia 10 de junho de 2006.

A comarca de São Mateus ²⁷, região de grande concentração de escravos, tinha na farinha de mandioca seu principal produto comercial, chegando a tornar-se o maior produtor mundial do produto, no século XX. Segundo Eugene Genovese (1983), a concentração de cativos em determinada região foi um dos fatores que contribuiu para as revoltas, para as insurreições e para a formação de quilombos, nas Américas.

As vésperas da Abolição, no ano de 1884, a sociedade e as autoridades de São Mateus acompanharam apreensivas a descoberta de um plano de revolta: os escravos planejavam, no dia 27 de julho, durante a festa em homenagem a Sant'anna, promover a emancipação geral, ficando todos os negros, a partir da data, livres do cativeiro.

Na Comarca de São Mateus, a homenagem a Sant'anna havia se tornado uma festa de negros, (...). Há indícios de que, no fim do século XIX, os escravos de São Mateus formavam uma comunidade envolvendo tanto os escravos da lavoura quanto os da própria cidade, e que, em dias de festas para santos, encontravam-se para comemorar, matar as saudades, rever os amigos e parentes etc (MARTINS, 1999).

As diversas correspondências trocadas pelas autoridades da província, assim como a divulgação, nos jomais, do plano, evidenciam que havia uma grande preocupação, na região, com a constante mobilização dos cativos em torno de sua emancipação (MARTINS, 1999). De fato, o que ficou conhecido na historiografia como insurreição de Sant'anna não chegou a acontecer; o plano foi descoberto e debelado a tempo.

Abandonando a análise pautada nas *plantations*, identificamos, no universo urbano e em suas cercanias, a existência de redes de solidariedade que pontuavam o cotidiano das relações escravistas em Vitória, em que a família teria funcionado como um catalisador,

²⁷ A Comarca de São Mateus contava, em 1856, com 18% dos escravos da província; em 1872, essa porcentagem cai para 12%.

seja de afeto, de resistência ou de construção de projetos liberdade (MERLO, 2003).

As autoridades acusavam um escravo de nome Benedito (líder de um bando aquilombado que, já em 1881, era conhecido por promover roubos e por disseminar, entre os cativos, a fuga) de ser o mentor do plano. Ex-escravo da viúva D. Rita Maria da Conceição Cunha, Benedito é até hoje lembrado na região de São Mateus. Robson Martins assim se refere ao quilombo e ao escravo:

Benedito e seu grupo eram conhecidos pelas autoridades já há algum tempo. No dia 1 de julho de 1881, a *Gazeta de Vitória*, um jornal da capital, publicou que ele e mais vinte escravos fugitivos haviam formado um quilombo em São Mateus e andavam a roubar e atirar. [...]. Esse quilombo havia se formado nas matas da fazenda Campo Redondo, em São Mateus, e foi atacado em agosto do mesmo ano pela força de polícia, auxiliada por paisanos (MARTINS, 1999).

Ainda segundo Robson Martins (1999), há indícios de que, ao longo dos oitocentos, o debate em torno do fim do regime escravista foi um dos motivadores para a formulação de planos de revoltas. A imprensa da época teve um importante papel na iniciativa dos escravos na busca de sua emancipação, principalmente com a intensificação dos debates promovidos pelo movimento abolicionista ²⁸, nos anos que antecedem à lei Áurea.

O recrudescimento do protesto escravo, através dos movimentos de fuga e dos planos de insurreição, fez intensificar-se, na última década de trabalho escravo no Brasil, a campanha abolicionista nos

²⁸ No Espírito Santo, o movimento Abolicionista, segundo Robson Martins, foi de caráter pacífico e filantrópico. Ver artigo: "Atos Dignos de Louvor: imprensa, alforrias e abolição no sul do Espírito Santo, 1885 – 1888", Revista Afro - Ásia, n^o. 27.

grandes centros urbanos de região sudeste. No velho Paço da Câmara Municipal de Vitória, na qual o abolicionista Afonso Cláudio realizou suas conferências a favor da emancipação dos cativos nos anos de 1884 e 1885, [...]. A cultura política dos escravos, contudo, obedecia a uma lógica própria no que se refere ao fim do sistema de escravidão no Brasil, e assim, da mesma forma que os abolicionistas não apoiavam a atitude dos escravos, [...] (MARTINS, 1999).

Na província do Espírito Santo, segundo Vilma Almada (1984), no final do ano de 1851, os debates em torno do fim do regime escravista constituíram-se em motivadores para uma tentativa de revolta, na comarca de São Mateus. As autoridades afirmaram que:

[...] a idéia propalada [entre os escravos] de que a novíssima lei de repressão ao tráfico os há libertado da escravidão que eles, supondo-lhes ser ocultada pelos senhores, procuraram obter por meios criminosos (ALMADA, 1984, p. 167-168).

Desta forma, podemos perceber que as ações emancipatórias questionam quaisquer definições fixas que notabilizem o *status* social dos indivíduos como algo fixo. Segundo Adriana Campos (2006), a sociedade capixaba oitocentista apresenta-se permeável às relações inter-grupais, demonstrando uma complexidade social que mescla fatores econômicos, políticos e religiosos. É exatamente no cotidiano e nesta rede social que os cativos oportunizam formas de exercer papéis identitários diversos.

Vitória teve seu núcleo original estabelecido em 1535, em Vila Velha. Em 1551, é transferida, por motivos de segurança, para a ilha do Espírito Santo onde, por ordem de Vasco Fernandes Coutinho, foram construídas uma casa de fazenda e a igreja de Santa Luzia. A expansão da cidade se realiza muito lentamente, sendo a sua população, em 1722, de apenas 5.000 pessoas.



Gravura - Parte do Prospecto e Planta da Vila de Vitória³⁰.

Tal ritmo de crescimento caracteriza também a Vitória do século XIX; apesar de ter-se tomado cidade e capital da província, em 1823, o centro econômico estava em Cachoeiro de Itapemirim. A exportação de café foi um fator de crescimento urbano, pois só com a expansão da lavoura cafeeira, no início de século, no vale do baixo rio Doce, é que se aproveita o porto de Vitória com maior intensidade. As atividades comerciais, portuárias e administrativas concentram-se na ilha do Espírito Santo.

A capitania do Espírito Santo, nos primeiros decênios de 1800, era eminentemente agrária e escravagista, sua produção destinava-se ao abastecimento interno, ao mesmo tempo em que participava da dinâmica comercial de abastecimento da colônia (BASTOS & CARVALHO, 2007, p. 2).

³⁰ À direita, vê-se a entrada do mar atrás da praça do mercado; à esquerda, destacam-se as torres da Igreja e o Colégio S. Tiago; mais à esquerda, situa-se o Trapiche, depois chamado porto dos Padres, que, nos anos 20, torna-se o Porto de Vitória. O prospecto é uma perspectiva axonométrica militar, um sistema de projeção geométrica que se apóia em três eixos genéricos, sendo o eixo frontal horizontal.

A posição da Comarca de Vitória dentro do contexto do Espírito Santo (por ser a capital política e administrativa da capitania e, posteriormente, da província, sendo que, no século XIX, seu espaço urbano já apresentava um desenvolvimento considerável em relação às outras localidades) apresentava um traçado urbano com ruas de comércio, igrejas, conventos e portos, que movimentavam mercadorias e passageiros (CAMPOS, 2003). Sobre a Vila de Vitória, comenta o viajante Saint-Hilaire:

As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentando qualquer regularidade. Aqui, entretanto, não se vêem casas abandonadas ou semi-abandonadas, como a maioria das cidades de Minas Gerais. Dedicados à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila de Vitória não estão sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro e não têm motivos para abandonar sua terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas têm um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. A Vila de Vitória não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terrenos sem construção, que tem sido reservado ao embarque de mercadorias. A cidade também é privada de outro tipo de ornato: não possui, por assim dizer, qualquer praça pública, pois a existente diante do palácio é muito pequena, e com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia. Há, na Vila da Vitória, algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos, fornecem aos habitantes água de excelente qualidade (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 45).

A Comarca de Vitória, nos Oitocentos, era formada pelas freguesias “[...] de São João de Cariacica, juntamente com as freguesias de São José do Queimado, São João de Carapina e Nossa Senhora do Rosário do Espírito Santo [...]” (SOARES, 2006), todas elas localizadas nos circunvizinhanças da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória. Segundo Patrícia Merlo (2006), a maior parte da população morava na

parte urbana da Comarca, apesar de manter negócios fora da capital; os escravos constituíam grande parte desta e conviviam com homens livres e com os imigrantes, que chegam à região no início do século XIX.

Na capital Vitória havia 1.001 escravos, sendo 450 homens e 551 mulheres, para uma população de 3.360 livres em 1872. No conjunto das freguesias em torno de Vitória havia 2.716 escravos, sendo 1.393 homens e 1.323 mulheres, para uma população de 8.899 livres. Ou seja, tanto em Vitória como em seus arredores, tínhamos uma relação próxima de um para três entre escravos e livres (SOARES, 2006).



Planta da Vila de Vitória, em 1764. Fonte In: Carta Geográfica impressa no século XIX. Arquivo: Biblioteca Itamaraty, Rio de Janeiro³¹.

³¹ C- Colégio dos Jesuítas S. Tiago, hoje palácio do Governo Estadual. A- Matriz, hoje Catedral, Palácio, b- Câmara Municipal, c- Cadeia. População 6 000 habitantes. Vêm-se os cais e os trapiches, os fortes de S. Diogo (perto da Praça 4- do Mercado. Hoje, Praça Costa Pereira), S. Maurício (que foi dos jesuítas) e N. S. do Carmo. Havia entradas de maré ao lado do forte de S. Diogo, seccionando a vila em lados oriental e ocidental.

A antiga freguesia de São José do Queimado, criada em meados do século XIX, está hoje incorporada ao município da Serra, um dos que compõem a área periférica da Grande Vitória. O povoado de Queimado estava situado às margens do rio Santa Maria, por onde trafegavam canoas carregadas de café, de farinha de mandioca, de cana-de-açúcar, de milho, de feijão, enfim, de produtos que os do lugar plantavam pelo método costumeiro: derrubar, queimar, roçar. Na década de 1840, quando chegou a reunir cerca de cinco mil moradores, parecia que o destino reservava certa importância ao povoado, não obstante a pobreza do lugar.

“O terreno é seco e árido, sem águas correntes que alimentem uma vegetação abundante; a colina, que serviu de teatro à luta, apertada entre montanhas, nunca pôde florescer” (ROSA, 1999, p. 33) Um lento e irremediável processo de decadência econômica e de despovoamento, iniciado já na segunda metade do século XIX, frustrou a possibilidade de crescimento do local. Hoje, onde se localizava a vila, os únicos testemunhos visíveis do engenho humano são as ruínas da Igreja de São José.

Ao discorrer acerca da localização da população escrava e da resistência à escravidão no país e na província do Espírito Santo, podemos conjecturar que a escravaria foi distribuída, à princípio, conforme os interesses e demandas impostas pela sobrevivência econômica local. Não obstante isto, a insurreição de Queimado foge completamente do padrão, apontado pela historiografia, em que ocorrem os movimentos emancipatórios promovidos pelos escravos em busca da liberdade, no restante do Brasil. Nesse sentido, o que torna a insurreição do Queimado algo tão particularizado na província do Espírito Santo? O que faz dela um movimento político e quais são os fatos que fazem dela a mais relevante revolta escrava dos Oitocentos no Espírito Santo? É o que procuramos responder no próximo capítulo.

Capítulo III

3.1 – A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ, NA FREGUESIA DO QUEIMADO (1845-1849).



Igreja de São José do Queimado, em 1945 (Fonte: Revista Vida Capixaba, nº. 625, 1945 – APES).

Localizada às margens do rio Santa Maria, a freguesia de São José do Queimado, criada pela resolução nº 9 do dia 27 de julho de 1846, foi um importante entreposto comercial, e, à época da construção da Igreja, contava com uma população de cinco mil almas, sendo que, parte desta, era constituída por escravos.

A localidade de S. José do Queimado se formará como todas as outras. A beira do rio Santo Maria foi aberta a primeira lareira. Rolara por terra a braúna para esteio do casebre, retirado o cipó para amarrar as ripas feitas de palmito, e as folhas desde para a cobertura. Vieram depois outras habitações e surgiram as grandes fazendas, vindo o arraial, por fim o distrito, a vila (ASSIS, 1948, p.48).

Palco da maior revolta escrava ocorrida na província do Espírito Santo, no século XIX, a igreja do Queimado teve sua construção iniciada no ano de 1845, a ter, à frente do trabalho, o vigário Frei Gregório Maria de Bene ³². Este foi missionário de um lugarejo de nome Tapera até 1847, quando foi nomeado vigário da Freguesia do Queimado, tomando posse da função em julho de 1848. De fato, não encontramos nenhuma outra referência que apontasse outro mentor para construção do “Majestoso Templo” ³³. É certo que foi por iniciativa do frei, que, como missionário capuchinho, era formalmente encarregado da condução espiritual e moral da comunidade a qual estava ligado.

Em ofício enviado ao presidente da província, Sr. Luiz Pedreira Couto de Moraes, datado de 12 de maio de 1847, frei Gregório relata a motivação que promoveu o início das obras de edificação do templo.

No mês de abril de 1845 missionando em um sítio nomeado Tapera, perto do Queimado, onde ora acha-se o Templo tão admirado, reparei com grande pesar do meu coração que a maior parte dos fiéis até nos últimos períodos da nossa existência mortal, pela grande distância, e péssimos caminhos das Freguesias, não acham aquele conforto, que só a nossa Santa, e beneficente Religião podia subministrar-lhes em momentos tão críticos, e perigosos, resolvi-me, e propus aos que ouviam a Santa Missão, ao projeto de se fundar um templo à sua Divina Majestade, no meio de uma povoação de cinco mil almas que viviam na máxima ignorância, e inação, causa de tantos homicídios, de contínuos roubos, de freqüentes embriaguezes, e de todo os vícios os mais abomináveis (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In*: ROSA, 1979, p. 125).

³² Gregório José Maria de Bene nasceu em Roma, foi missionário na Índia e chegou ao Espírito Santo em 23 de setembro de 1844, junto com outros capuchinhos, para trabalhar na catequese indígena.

³³ Denominado assim pelo então presidente da província Sr. Antônio Joaquim de Siqueira, em ofício ao Bispo do Rio de Janeiro, datado de 8 de março de 1848.

Desde o período colonial, as igrejas constituíam importantes espaços de socialização e, nos Oitocentos, foram palco da vida religiosa, social e política, sendo que algumas delas foram edificadas com a ajuda da comunidade. Ao estudar a religiosidade na cidade do Rio de Janeiro, a historiadora Mariza de Carvalho Soares afirma que:

Em todas as esferas da vida religiosa é grande a movimentação dos moradores para a construção de novas capelas que dêem conta do fervor religioso da variedade das devoções e da segmentação social da cidade em pleno crescimento (2000, p. 135).

No caso da Igreja de São José não foi diferente - a população local se envolveu na edificação do templo. O terreno foi doação da senhora Ana Maria, viúva do Sr. José dos Santos Machado, e a construção contou com a participação de homens livres e escravos, que trabalhavam nos dias santos (DEMONER, 1983).

[...] todos apressaram-se de carregarem comigo pedras sobre os próprios ombros, pequenos, e grandes, homens, e mulheres, brancos, e pretos, pardos, e mulatos, ricos e pobres. Todavia devo dizer sinceramente que os pobres foram os que mais trabalharam e contribuíram á ereção deste templo com as suas pessoas, e com os ténues e limitados produtos de seus terrenos, que apresentavam nos dias Santos para se arrematarem em proveito e progresso da importante obra (Fonte: Coleção Accioli, livro 394, *In*: ROSA, 1979, p. 137).

Além do chamamento ao trabalho, frei Gregório fez correr uma lista, na freguesia, para doações em dinheiro, visando à aquisição do material necessário à construção do templo. Como ele mesmo afirma, uns pagavam, outros só a metade, e, ainda, havia aqueles que não contribuía. A obra contou ainda com a sacola da esmola, com as ofertas das santas missões e com o pagamento que o frei recebia do

governo imperial; além disso, Gregório ia de fazenda em fazenda, nos arredores da freguesia, a pedir doações. Ele assim refere-se à sua peregrinação:

Os assinados, pois, uns pagam por inteiro, outros pela metade, e os mais ainda não pagam. Eu ainda que Franciscano com a esmola das Missas, e ofertas das Santas Missões, e do pequeno emolumento, que subministrava-me o Governo Imperial que ora tirou-me sem razão; além da sobredita tênue quantia, gastei na obra mais de duzentos mil réis, e mais gastaria se mais tivesse. Todavia fui pisar todos os sítios vizinhos pedindo subsídios por tal feito, e achei duzentos, e mais mil réis. Outros devotos seguiram o meu exemplo, e sempre acharam algumas quantias (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In*: ROSA, 1979, p. 138).

Em relatório referente ao ano de 1947, o presidente da província, o Sr. Luiz Pedreira, no tópico referente ao culto público, refere-se à visita que fez ao canteiro de obras da Igreja, em outubro daquele ano. Informa que foi despendida a quantia de 600\$000 contos de réis, por parte da administração da província, para o término da construção da igreja. O presidente elogia o estado adiantado que se encontrava a obra, em face de dedicação do Frei Gregório; este, por sua vez, assim descreve a estrutura do templo:

Pelo meu exemplo, atividade, vigilância sobre os obreiros, e fiel e econômica administração, como também pelo adjutório de uma pia Dona, com os seus poucos escravos, e assistência contínua de um pardo, e algum socorro do povo em geral, hoje este Templo, cujo comprimento é de noventa palmos, a largura de 42 e duas polegadas, a altura de 43 palmos, e a Capela-mor de 45 de comprimento, a largura de 27 e altura de 24 já está em um estado admirável, com a Capela coberta, e o resto a cobrir-se; porém já vai-se preparando quanto for preciso por este fim (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In*: ROSA, 1979, p. 138).

Além da dificuldade para arrecadar fundos para a construção da igreja, o frei relata que vários foram os empecilhos para sua edificação, inclusive por parte de alguns sacerdotes, que o queriam fora da nova paróquia. O frei faz-nos crer que, em sua opinião, tal ordem de percalços provém de inimigos demoníacos da obra de Deus.

No mesmo tempo não devo silenciar, que o Inimigo do gênero humano prevendo que esse Templo de ser há como a Arca do Patriarca Noé, porto seguro de salvação, (...), faz todos os esforços imagináveis para estorvar, abater e destruir, se for possível, uma obra tão útil e vantajosa à humanidade, e o que foi mais deplorável, é que serviu-se, infelizmente, e subornou alguns dos meus irmãos sacerdotes (...) (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In*: ROSA, 1979, p. 138).

O fato é que não há como nomear tais inimigos citados pelo frei; parece-nos que a presença do sacerdote, na freguesia do Queimado, desde o início fora um tanto polêmica, e seu desfecho não foi diferente, como veremos mais a frente. No documento, o frei refere-se a um abaixo-assinado e uma carta enviada às autoridades, em que se denegria sua imagem com injúrias e calúnias das mais indecentes e, com as quais, a comunidade da freguesia não concordava.

Sua nomeação foi feita a pedido dos habitantes do Queimado, através de requerimento encaminhado ao presidente da província, Sr. Antônio Joaquim de Siqueira. Tal requerimento pode ser constatado em ofício do presidente ao Bispo do Rio de Janeiro, datado de 8 de março de 1848, que reproduzimos abaixo, na íntegra.

Tenho a honra de passar às mãos de V.Exa o incluso requerimento dos habitantes do lugar denominado Queimado, e sua circunvizinhança, pedindo a V.Exa. a graça de nomear Vigário encomendado dessa Freguesia a Fr. Gregório Maria de Bene, Missionário Capuchinho. Sendo tal nomeação de competência de V. Exa. não faço mais com esta ciência do que satisfazer os desejos daquele povo, suplicando que, por meu intermédio, fizesse chegar o dito requerimento à presença de V. Exa. que sobre seu objeto definirá com a sabedoria, que caracteriza todos os seus atos. Julgo,

porém do meu dever informar a V. Exa., que por Lei Provincial, de 27 de julho de 1846, decretada antes da minha administração foi elevado o sobredito lugar a Freguesia, como V. Exa. verá cópia junta, e que nele está sendo erigindo aquele Missionário, à custa dos Fiéis, e por meio de suas exortações um majestoso templo, de pedra e cal, que tem de ser dedicado ao Patriarca São José, exercitando a admiração de todos, por sua grandeza, e por se estar fazendo, pode-se dizer, no centro da pobreza, . Já vi essa igreja, e creio que concluída será uma das mais importantes da Província (Fonte: Secretaria de Governo, livro 132 *In*: ROSA, 1979, p. 139- 140).

Ao analisar o conjunto da documentação, podemos perceber que a elevação de Queimado de povoado à categoria de freguesia se deu por intermédio de grande empenho das autoridades da província, o que fez com que dois presidentes de província visitassem o canteiro de obras da igreja. No mesmo período, outras igrejas estavam também sendo construídas e reformadas³⁴; porém, não há nenhuma menção de visitas de autoridades às mesmas, o que corrobora a ponderação quanto à importância política e econômica da nova freguesia do Queimado, para a província do Espírito Santo.

De fato, desde o início da construção do templo, da elevação de Queimado à categoria de freguesia, bem como da nomeação do frei, dois anos e meio se passaram, e, neste período, houve uma mobilização, conforme carta do frei ao presidente da província, contra e a favor da sua presença, na freguesia do Queimado. Podemos conjecturar que tal polêmica estaria ligada à importância da região do Queimado, devido à presença da atividade comercial no porto de Uma, às margens do rio Santa Maria, que fazia o escoamento da produção das fazendas situadas na região do Queimado, Vianna e Cariacica, bem como da região serrana, para a cidade de Vitória.

Dada essa importância, Queimado passa a ser alvo de disputas políticas e econômicas, o que nos leva a crer que o novo cargo de pároco local seria provavelmente estratégico e de grande importância política. Não se pode esquecer da presença, na região do Queimado, de famílias e de personagens importantes na

³⁴ Ver relatório do presidente de província, referente ao ano de 1848.

cena política da província, no século XIX, como o padre João Clímaco, que foi presidente do primeiro mandato da Assembléia provincial, sendo este um dos homens mais ricos da província.

Uma pequena observação na configuração territorial das paróquias que constituíam a cidade de Vitória antes da elevação de Queimado à categoria de freguesia indica que o possível motivo da disputa pela nova freguesia (e que foi denunciado pelo Frei Gregório) estaria ligado à subdivisão de paróquias mais antigas em detrimento da criação da paróquia de Queimado. Isso poderia representar a diminuição do poder das antigas paróquias, pela ousadia de se projetar uma nova igreja.

Outra questão importante, no que diz respeito à polêmica gerada pela edificação da nova igreja, pode ser observada no pronunciamento do próprio frei Gregório, na já citada correspondência de 1847, ao descrever suas atividades em Queimado e ao justificar a construção da igreja. Segundo seu relato, ele teria realizado uma forte mobilização na localidade, com uma sensível aproximação dos pobres e dos escravos³⁵; o frei fazia associações, em uma crítica intensa, ao estado de abandono da vida religiosa local, o que pôde ter criado inúmeros inimigos ao frei, os quais ele denominava, mas não nominava. Ao relatar a sua obra, o pároco assim se refere à transformação que ocorreu em Queimado, a partir de sua presença:

“[...] aquela religião santa e benéfica que era quase extinguida, hoje começa florescer e rende contínuas graças a Divina Providência pelo grande benefício que dignou-se fazer-lhes ao enviar-lhes um Ministro Evangélico para chamar de novo os seus Sagrados deveres (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In*: ROSA, 1979, p. 125).

Na realidade, o frei se apresenta à localidade de Queimado como um disciplinador da ordem moral local, cuja missão, como “Ministro Evangélico”, é a de regenerar a fé

³⁵ “Todavia, devo dizer sinceramente que os pobres foram os que mais trabalharam e contribuíram à ereção deste templo com as suas pessoas e com os ténues e limitados produtos de seus terrenos” (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In*: ROSA, 1979, p. 126).

católica. Isso implica na alteração das relações de poder já instituídas na região, como, por exemplo, o fato de constituir-se em representante das demandas da localidade contra o abandono dos “ofícios religiosos”, por parte dos clérigos locais.

Enfim, tensões políticas envolviam a formação da paróquia e da freguesia. Estas demonstram a dinâmica das relações de poder que marcam o cotidiano da província, nos oitocentos, que tinha, na figura do frei, um grande negociador na busca da concretização desse novo espaço religioso e político que representou a construção da igreja.

Devotada ao patriarca São José, a igreja do Queimado, desde início de sua construção, foi alvo de disputas e de conspirações. Sua inauguração seria palco de uma revolta escrava que terminaria em mortes e no afastamento do frei Gregório Maria de Bene do posto de vigário da paróquia da freguesia do Queimado.

3.2 – A NEGOCIAÇÃO COMO MICRO-POLÍTICA: TRABALHADORES ESCRAVOS DO QUEIMADO

A construção da igreja do Queimado se deu durante os anos de 1845 a 1849 (cerca de quatro anos), e, durante esse período, os escravos da região se envolveram na obra e, de fato, foram os que mais se dedicaram ao trabalho de construção do templo. Foi durante a edificação do templo que se iniciou o plano de conquista da alforria. Porém é preciso lembrar que o escravo liberto não era exatamente um homem livre, visto que estava, até o fim dos seus dias, associado à escravidão pela cor de sua pele, e, sobretudo, por sua origem.

Dos primórdios da colonização até a década de 1870 mais ou menos, isto é, sob a vigência do paradigma ideológico colonial, a principal motivação para fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados. (...). As medidas, é claro, sofrerão variações sensíveis, conforme passemos de um africano recém-chegado a um crioulo ou mulato acostumado ao clima da terra. De qualquer maneira, a quebra desse padrão, desse *modus*

vivendi, joga, freqüentemente, grandes grupos à decisão da revolta. (SILVA & REIS, 1989, p.67).

Parece-nos que tal pensamento se aplica ao caso de Queimado. Como já dissemos antes, o trabalho foi essencialmente o *ethos* do negro durante o período da escravidão, pois, para a elite branca, trabalhar era algo degradante e só afeito para escravos e para homens pobres. Segundo Sidney Chalhoub (1988), foi no cativo e no cotidiano da escravidão que se forjaram os vários significados que a expressão 'liberdade' recebeu na historiografia, nas diversas ações emancipatórias, nos Oitocentos. É nas expectativas de rendimento do trabalho escravo e nas condições materiais e emocionais desses em cumpri-las que se criou um espaço para a negociação, que se pode denominar sincopa libertária. Nesse sentido, o trabalho de edificação da igreja se constituiu em solo fértil para negociação, a partir da construção de uma micro-política, por parte dos escravos.

Da construção da igreja participaram um número de vinte poucos escravos da Serra, de Cariacica, de Viana, de Mangaraí e do Queimado; portanto, a insurreição não foi um fato local. Durante a obra, frei Gregório teria feito a promessa de liberdade aos escravos que trabalhassem na edificação do templo.

Em várias fazendas pequenas reuniões celebraram-se às ocultas, e os cabeças arrebanhavam prosélitos com paciente persistência (...). Da Serra, de Itaoca, de Viana, em suma, de todos os centros onde transpiravam as deliberações tomadas em conciliábulos, afluíam adeptos à causa (ROSA, 1979, p. 34).

Segundo Afonso Cláudio (1979), o padre João Clímaco, advogado de defesa dos escravos, faz crer que frei Gregório teria firmado, com estes, um compromisso de libertação, no dia de São José, em troca do trabalho na construção da igreja. O capitão Rodrigues Velho, em carta enviada ao presidente da província, também teria apontado a promessa do frei como uma das causas da insurreição, lembrando que este pregava, junto aos escravos, a plena liberdade dos povos da Europa, e reprovava a instituição do cativo (ROSA, 1979).

Não se pode, de fato, afirmar que o frei teria feito tal promessa, pois o padre João Clímaco, como advogado de defesa dos insurretos, não poderia deduzir um outro culpado pela edosão da insurreição que não fosse o pároco. Na verdade, não é de muita importância o fato do frei Gregório ter prometido ou não a alforria; a questão consiste em que os escravos viram a possibilidade de obtenção da alforria, na construção da igreja do Queimado.

O fato é que os escravos participantes da obra da igreja espalharam, para atrair outros, a notícia de que, no dia da inauguração da igreja, padre Gregório concederia, em nome da rainha, a graça de redimi-los, no dia de São José, conferindo liberdade aos cativos que lá comparecem. Ao contrário disso, Afonso Cláudio (1979) afirma que o frei era apenas imprudente e um tanto simplório. A combinação do ardor religioso, convicções abolicionistas e pouco domínio do idioma português o levaram às frases veementes, de palavra mal escolhida, de condenação à escravidão.

Atribuir ao frei Gregório tal promessa, que não se sabe se foi realmente feita, seria uma imprudência, pois o número de escravos que teria levantado o templo não passou de um pouco mais de vinte, sendo que mais de duzentos participaram do levante. Não existe nenhuma fonte que corrobore para a versão de Afonso Cláudio (1979); ao contrário, em carta datada de 26 de março de 1849, publicada no *Jornal Correio da Victória*, dirigida ao presidente da província, o frei afirma que, em nenhum momento, teria feito tal promessa.

Eu frei Gregório indignissimo ministro da cruz juro diante deste verdadeiro Deus e verdadeiro homem, e chamo ele por testemunho de minha inocência (na grande e maliciosa que os negros cativos levantarão-me no Queimado e na cidade de Vitória diante das autoridades) juro repito de novo que, eu não fui causa nem aconselhei a eles no motim que fizeram no dia de São José 19 do corrente (Fonte: APEES, 1849).

Portanto, parece-nos mais provável que os escravos utilizaram-se do artifício da promessa para atrair um número significativo de cativos para a execução do plano de conquista da alforria - por meio da negociação, no momento da inauguração da

igreja e, em caso de fracasso, pelo uso da força. Não se pode negar, como afirma Afonso Cláudio (1979), que várias coincidências ligam o missionário italiano à insurreição; porém afirmar que este seria o responsável pelo motim seria uma precipitação.

Sabemos, pelas palavras do próprio frei, em carta datada de 12 de maio de 1847, dirigida ao presidente da província, da oposição à sua presença na freguesia; portanto, parece-nos improvável que o missionário se comprometeria fazendo tal promessa que, à época, caracterizava-se enquanto crime contra propriedade e contra a ordem pública, com a qual o frei estava comprometido.

De fato, assim como nas várias revoltas que ocorreram no restante do império, o desejo de liberdade foi a principal motivação da insurreição, e culminou no acontecimento de 19 de março de 1849; os escravos compreenderam e assimilaram a possibilidade de abertura de espaços por onde poderiam construir um vislumbre da liberdade. No caso de Queimado, o trabalho na construção do templo foi a moeda que esses utilizaram para tentar comprar a emancipação.

Os preliminares de uma luta para readquirir a liberdade denegada pelos senhores, começou dia a dia a assumir maiores proporções até que se formulou em um plano de ataque. Parecerá demasiado problemático o progresso desses preliminares; atenda-se, porém, que são os escravos os protagonistas desta narração (...) (ROSA, 1979, p. 40).

Há, nesse processo, a construção de uma micro-política articulada por algumas lideranças escravas que, no decorrer dos acontecimentos, tiveram papéis distintos na busca pela liberdade, em Queimado. Algumas dessas lideranças foram cruciais na condução dos acontecimentos; são eles:

- 1- Elisiário, escravo de Faustino Antônio Rangel: destacava-se pela inteligência, já que seu senhor lhe proporcionara a oportunidade de ler e de aprender o ofício de carpinteiro. De acordo com Afonso Cláudio (1979), Elisiário foi o arquiteto do movimento - ele animava os companheiros, em nome de frei Gregório, embora sem autorização do mesmo. Marcou, por conta própria, o

dia 19 de março para exigir do frei, em nome de todos os escravos, a liberdade.

- 2- Francisco de São José, mais conhecido com Chico Prego: era escravo de Ana Maria São José - foi um dos chefes mais ativos da revolta. Enquanto Elisiário destacava-se pela inteligência, Chico Prego destacava-se por sua constituição robusta. Liderava com seu espírito de luta e com sua força física.
- 3- João, o Pequeno: era escravo do Sr. Rangel e Silva - teve a missão de convocar escravos nas fazendas de Mangaraí, e em todas as outras cortadas pelo rio Santa Maria. Era responsável por comunicar-se com Elisiário.
- 4- João Monteiro, mais conhecido como João da Viúva: era escravo de Maria da Penha de Jesus, a viúva Monteiro - ele tinha ordem para arrebanhar companheiros nas fazendas das adjacências do Queimado.
- 5- Carlos, escravo do padre João Clímaco: amigo de Elisiário, dividia com João Pequeno a tarefa de convocar os escravos nas fazendas da região do Mangaraí.

No ano de 1849, o plano de ataque toma corpo e, ao contrário do que afirma Afonso Cláudio (1979), que o condena provavelmente por seu desfecho, fora muito bem articulado.

A transmissão do pensamento da revolta fazia-se no *eito*, por terra e por água, sem perda de ocasião. A sedução da liberdade como paga do atentado, vencia o ânimo dos mais timorados e os decidia a tomar parte ativa da ação. Restava agora distribuir os chefes pelos diversos grupos: o pensamento que predominava já na maioria, urgia ser explicado em detalhes. Os que se dispunham ao sacrifício queriam conhecer o depositário da palavra do missionário. Dizia-se, além disso, que no Queimado tinha de ser lida na missa uma declaração da liberdade dos cativos; era mister ouvir o chefe declarado da revolta. Adquirir liberdade pela força, eis o plano mais ou menos conhecido; os incidentes do ataque deveriam ser previstos.

Estas ansiedades, manifestadas por alguns insurgentes, tiveram como resultado a escolha dos chefes e a distribuição dos papéis para as operações que em breve tinham de se realizar (ROSA, 1979, p. 44).

Os adjetivos usados por Afonso Claudio (1979) - de rudeza a pueril - não dão conta da engenhosidade que envolveu o plano arquitetado pelos escravos e por sua liderança. Ao contrário, os chamados espaços de liberdade, da forma como definimos no capítulo anterior, foram muito bem utilizados pelos revoltosos e levados a cabo em seu plano.

O desempenho de Elisiário, a quem frei Gregório chama de chefe do motim, é de fato preponderante na articulação do movimento, a colocar-se no papel de mediador entre o frei e os escravos. Elisiário afirmava que o missionário havia, em segredo, lhe transmitido que, reconhecendo a rainha o serviço prestado pelos cativos em prol da religião, prometeu ao frei Gregório conceder a alforria aos escravos.

Calculando na falibilidade da esperança contida nesta imaginária promessa, contava Elisiário que estando desde tanto tempo os escravos predispostos para adquirir a liberdade, a frustração da primeira promessa era remediada pelo outro insidioso meio que consistia em obter por coação dos senhores a declaração da liberdade dos escravos de seu domínio – meio que também aos insurgentes seria sugerido (e era do plano, como vimos) por Elisiário com a responsabilidade do frade (ROSA, 1979, p. 49).

Segundo Afonso Claudio (1979), Elisiário era pernóstico e fazia com que seus companheiros escravos ficassem em situação de inferioridade diante de sua presença. Mesmo afirmando a perspicácia do escravo, nosso autor, por ser um homem imbuído das idéias do seu tempo, não consegue conceber como um escravo poderia possuir tantas qualidades.

Dotado do dom da palavra, Elisiário era um escravo doméstico e se movimentava com liberdade pela freguesia e por seus arredores; portanto, estava sempre muito

próximo dos senhores. Ia com frequência à casa do padre João Clímaco, que era irmão de seu senhor; além disso, era amigo do escravo Carlos.

O rebelde, que tão notável posição assumiu na conjuração, sabemos, por informações respeitabilíssimas, que tinha a compreensão bastante clara e desenvolvida, (...). Escravo de um fazendeiro, irmão do Dr. João Clímaco, não perdia ocasião de escutar a palavra do esclarecido varão, sob pretexto de amizade com Carlos, escravo daquele (ROSA, 1979, p. 44).

Entretanto, não se pode negar que o movimento foi de caráter coletivo. Conforme afirma Sidney Chalhoub (1990), devemos entender que as condições extremamente duras da vida durante o período de vigência da escravidão no país não destituiu dos cativos a capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e de significados sociais diferentes daqueles instituídos pelos senhores.

3.3 – ALFORRIA E INSURREIÇÃO EM 19 DE MARÇO DE 1849.

“Era chegado o ano de 1849, sem que melhores probabilidades garantissem a aspiração dos escravos. A edificação do templo adiantava-se dia-a-dia, os rebeldes mais assíduos no trabalho, traziam aos poucos em nome de frei Gregório palavras animadoras, de efeito calculado” (ROSA, 1979, p. 43).

Inicia-se o ano de 1849 com a obra quase concluída e com os preparativos para a celebração da primeira missa. Os escravos liderados por Elisiário, Carlos e João pequeno, continuam a arregimentar cativos para participarem da conquista da liberdade e, na véspera do dia 19 de março, vários escravos já se reuniam para confabular sobre como deveriam se conduzir à hora da celebração.

Carlos capitaneava os insurgentes das fazendas dos irmãos Alvarenga e alguns outros das mais próximas. Entra agora em ação mais um braço forte, João escravo do capitão Rodrigues Velho. Com a aliança deste insurgente, na noite em que ficou decidida a peleja, ou na véspera do ataque, reanimaram-se os demais companheiros (ROSA, 1979, p. 53).

De fato, no dia 19 de março, uns trinta escravos amados reuniram-se nas cercanias da igreja, e o cenário da contenda estava a se formar. Com o escravo Carlos entrou na freguesia uma expedição, aquilo que Afonso Cláudio (1979) chama de um “exército formado por legiões”. O plano é colocado em ação - Elisiário vai à igreja e tenta fazer com que o frei, durante a missa, declare a liberdade dos cativos ali reunidos.

Concentrado em seu plano estratégico, sem ter despertado talvez em frei Gregório o interesse que os seus companheiros de ação esperavam, reconhecia Elisiário o valor da responsabilidade que resvalava do missionário para si. Que esta primeira tentativa seria infrutífera, sabia-o desde muito o agitador; era seu desígnio coagir frei Gregório a animá-los. Uma palavra do religioso seria uma fagulha incendiária; entretanto Gregório mal percebera a intenção sinistra dos insurgentes, fechara-se no templo, cortando destarte toda e qualquer comunicação que por ventura quisessem estabelecer os escravos (ROSA, 1979, p. 56).

Mais uma vez, a astúcia de Elisiário se faz presente - este comunica aos seus parceiros que, na sacristia, o frei teria, em segredo, confessado que havia feito um pedido junto aos senhores para a concessão da alforria aos escravos, pelos serviços prestados na construção da igreja e, que mesmo após as suas súplicas ao pároco, não foi atendido. Nesse momento, temos a liderança de Elisiário aliada à persistência e à fidelidade ao plano de ação dos cativos envolvidos no movimento, como afirma Afonso Cláudio (1979):

Elisiário por seu lado não deixava de prever a fragilíssima probabilidade do primeiro movimento hostil, impulsionado sob os auspícios da liberdade; mantinha não obstante segura suposição de que recorrendo os companheiros à violência, engrossado como devia pelo exército de rebeldes, a desistência dos senhores ao domínio dos cativos não se faria difícil (ROSA, 1979, p. 56).

Nessa altura dos acontecimentos, cabe ressaltar que a recusa do frei corrobora com o juízo de que não ele não havia feito a promessa de alforria aos escravos, e que, de fato, foi a conquista da liberdade pela carta de alforria a principal motivação dos cativos, como noticiado pelo jornal *Correio da Vitória*, em 26 de março de 1849.

No dia 19 do corrente um grande grupo de escravos armados invadiu a igreja da povoação do Queimado na ocasião em que celebrava o Santo Sacrifício da Missa, e aos gritos proclamava a liberdade, e alforria, e seguindo para diversas fazendas e aliciando os escravos delas, e em outros obrigando seus donos à darem a liberdade a seus escravos, engrossou em número de 300 (Fonte: A PEES, 1849).

O medo tomou conta da freguesia: o exército dos insurgentes saiu da igreja, dando “vivas à liberdade” e desfilando diante da população que, temendo à agitação, evade-se, fechando as portas e as janelas de suas casas. É nesse momento que um grupo de cidadãos surge com um grito que antevê o fim da revolta: Viva o bacalhau!³⁶

O temor gerado pelas constantes movimentações de escravos em busca da liberdade, durante o período de vigência do regime de escravidão, foi recorrente em todo o país. O abandono do trabalho e de suas tarefas diárias, pelos cativos, era um desafio aos senhores e, como afirmam Eduardo Silva e João José Reis, era “um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade” (1989, p. 62).

Nesse ínterim, as autoridades começam a mobilizar-se no sentido de acabar com o movimento que colocava em risco a população local, frente à insurreição que se

³⁶ Bacalhau era o nome dado ao chicote usado para castigar escravos.

iniciava. Em ofício de 20 de março de 1849, enviado pelo chefe da polícia, o Sr. José Inácio Accioli Vasconcelos, ao presidente da província Sr. Antônio Joaquim da Siqueira, assim são descritos os acontecimentos:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. que cheguei ontem a esta freguesia às 4 horas da manhã, e constando-me poucos momentos depois que um grupo de escravos armados, em número de cinqüenta mais ou menos, estava reunido nas imediações dela, e que se dirigia para aqui com plano de proclamarem sua liberdade, e de assassinar todos os que aqueles que por ventura a isso se opusessem [...] (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In*: ROSA, 1979, p. 141).

Concomitante afirma Afonso Cláudio:

A notícia do ataque voou repentinamente pelos lugares mais próximos dos centros de operações. Foi assim que na Serra, antes que se fizesse noite os mantenedores da ordem puseram-se em vigilância para obstar manifestações prováveis. No entanto, mesmo à noite, os insurgentes não descansavam: urgia que fosse desde logo geralmente conhecida a estratégia de Elisiário (ROSA, 1979, p. 59).

A notícia da insurreição corria e o exército de escravos também. Em uma das fazendas, alguns insurgentes conseguiram, do fazendeiro Luiz Vicente, uma declaração de liberdade. No Engenho Fundão, de propriedade do Sr. Paulo Coutinho Mascarenhas, os insurgentes obrigaram o senhor a libertar seus escravos e passar-lhes cartas de alforria, bem como entregasse as munições e as armas que possuía. Segundo o presidente da província, esta ação foi feita repetidas vezes em outros engenhos e fazendas da região, de maneira que o número de escravos insurgentes contava, agora, com trezentos – duzentos a mais que início da revolta.

Segundo Afonso Cláudio (1979), o insucesso do dia 19 não havia alterado o ânimo dos insurgentes, que se conservavam com suas melhores roupas, como nos dias de festa santificada. Em relação a isto, Afonso Cláudio (1979) recolheu uma quadrinha que se refere à forma com que os insurgentes se apresentaram em ocasião da insurreição.

Os pretos cativos
Querendo ser forros
Usavam cabelos
d'altura dos morros

Pomada d'Ulanda
Fazia murrinha
Em cima do couro
Da carapinha.

Camisa engomada
Chapéu de lemar (*)
Diziam que os negros
lam-se acabar.

Sapatos de sola
Que faz ringido (**)
Andavam na roça
Como os dotô (***)³⁷

(ROSA, 1979, p. 60).

³⁷ A nota que segue foi transcrita na íntegra, conforme apresentada pelo autor:

(*) Levantar a aba da frente.

(**) Esta expressão designa o ruído do sapato novo e seco sob a pressão do pé, em linguagem vulgarecíssima, é claro.

(***) Conservamos a ortografia consoante ao modo como foram as quadras escritas.

Expressão da paixão do povo, a poesia inculta para ser estudada não consente a menor alteração.

A simples correção de um vocábulo pode importar a destruição do ritmo de um verso e, por isso, julgamos imprescindível o cunho original. Além disso, é preciso notar que todos os elementos aproveitados no correr da narração deste episódio são considerados somente a partir do ponto de vista histórico. A transcrição serviu para contestar uma afirmativa, isto é, afirmar que antes de se travar o combate decisivo dos escravos com os senhores, já os primeiros se supunham desligados da escravidão.

O combate, a repressão aos insurgentes começa no dia 20 de março, por ordem do chefe de polícia José Inácio de Accioli; a força repressora foi composta pelo alferes e pelo comandante do destacamento, juntamente com os praças que se dispuseram, além de alguns cidadãos. No primeiro confronto entre as forças policiais e os insurgentes, foram mortos oito escravos, presos seis escravos, entre eles, uma escrava. Informa ainda o chefe de polícia que foi ferido o alferes, bem como quatro praças. Há também a solicitação de armas e de munições, o que confirma a natureza amada do confronto de ambas as partes (Fonte: Coleção Accioli, livro 394 *In: ROSA, 1979*).

Para restabelecer a ordem ferida pelo levantamento de armas dos insurgentes, o presidente da província, desembargador Antônio Joaquim da Siqueira, que às 3 horas da tarde do mesmo dia 19 teve comunicação da ocorrência, tomou as possíveis medidas para reprimir a revolta. Enquanto fazia seguir para a povoação insurrecta uma força de linha sob o comando do alferes José Cesário Varela da França, confiava o restabelecimento da ordem ao chefe de polícia, que também seguiu incontinenti. Outras expedições foram enviadas a Cariacica e Itaoca, onde igualmente se fazia rezear o aparecimento dos insurgentes. Ao governo imperial fez ainda Siqueira requisição de tropa e comunicação externa de todo o movimento insurreccionário (ROSA, 1979, p. 61).

Desta forma, o conflito amado e o estado de alerta se espalham por Queimado e suas cercanias. A população - leia-se alguns cidadãos - toma parte da guerrilha de combate aos insurgentes, e reforços são solicitados à sede da província e ao império. Guiados pelo comandante Varela, a tropa embrenha-se pelo sertão.

Varela seguiu-os em apressada marcha: ao chegar ao lugar denominado *Morrinho* fez assassinar um escravo de um Mariano de tal, quando o mísero cativo tranquilamente caminhava para casa conduzindo um púcaro aos ombros. (...). Na confusão da fuga à exceção de Prego e João da Viúva, todos os chefes debandaram-se; surpresos pelo inesperado encontro da tropa quando supunham

estacionada no Queimado, conforme dissera João [...] (ROSA, 1979, p. 61).

A luta seguiu; parte dos insurgentes foi alcançada no rio Uruaba, onde foi morto o escravo Francisco. Capitaneados por Chico Prego, e mesmo amados, os revoltosos fugiram, embrenhando-se nas matas e nos pântanos da região, conseguindo, assim, se desvencilhar das tropas. O comandante Varela decide voltar a Queimado com sua tropa, para cuidar dos feridos. Os insurgentes se dividiram em dois grupos – um, liderado por Elisiário, e, outro, por Chico Prego. Após quase dois dias de luta entre os insurgentes e as tropas, a insurreição estava sufocada. Afonso Cláudio se refere à luta dessa forma:

Foi assim que se frustrou o primeiro movimento impulsionado pelos escravos em prol da liberdade. Nessa luta de um dia, escoou-se o fruto de uma conjuração embrionária que talvez com melhores elementos não ficasse limitada a uma única refrega (ROSA, 1979, p. 65).

As notícias que chegam à capital da província são de que a ordem em Queimado, Cariacica e Itaoca fora restabelecida graças à intervenção das tropas e à ajuda de fazendeiros locais, e que alguns dos insurgentes haviam sido presos e conduzidos à prisão. Mesmo com o anúncio do fim da contenda, as autoridades tomaram providência no sentido de evitar qualquer movimentação dos escravos que pudesse conduzir a uma nova revolta.

No dia 28 de março, a tropa da polícia que havia combatido em Queimado regressa à capital da província, conduzindo os revoltosos capturados. Ainda assim é organizada uma guerrilha para dar combate aos insurgentes que se encontravam evadidos, bem como fazer cumprir a lei de nº 10, de 11 de maio de 1849, que institui uma legislação sobre o trânsito de escravos no Espírito Santo, e tinha, por objetivo, estabelecer uma nova cultura no controle da população escrava, na província. Essa legislação foi uma reação imediata à insurreição do Queimado, e, entre outras providências, determinava:

Nenhum escravo poderá andar pelas ruas desta Villa com armas de fogo, sob pena de cinqüenta açoites, nem com qualquer instrumento cortante, perfurante, ou contundente, sob pena de vinte cinco açoites além das marcadas pelos códigos. A pena acima estabelecida será aplicada em dobro, quando a infração for cometida de noite ³⁸.

A preocupação das autoridades da província com a possibilidade de uma nova revolta foi constante, a partir dos acontecimentos em Queimado. A província, até aquele momento, nunca havia assistido a um movimento de tal magnitude por parte dos escravos, e o medo de que tal fato voltasse a acometer a província fez com que várias providências fossem tomadas - uma delas foi a aprovação da legislação expressa anteriormente. Até a insurreição, era comum os cativos da região do Queimado, por conta de suas atividades laborais, andarem livremente e amados, com a autorização de seus senhores. Segundo Eduardo Silva e João José dos Reis (1989), era comum terem-se multidões de escravos soltos, sem qualquer vigilância, nas ruas das cidades, vilas e seus arredores, durante a vigência da escravidão no Brasil.

Voltando aos acontecimentos, a guerrilha continuava na busca de insurgentes, a ponto de invadir a casa do notório padre João Clímaco que, posteriormente seria o advogado de defesa dos insurgentes, na tentativa de capturar escravos.

Tendo-se apoderado de grande número de insurgentes, propôs-se a completar o triunfo aprisionando os três chefes escravos dos irmãos Alvarenga. Nesse intuito, o extremado capitão não encontrou limite aos seus desatinos. Foi assim que se dirigiu ao lugar denominado *Perau*, fazenda do Dr. João Clímaco e em nome da autoridade policial exigiu a entrega dos escravos insurgentes, sob pena de utilizar a força que dirigia (ROSA, 1979, p. 69).

³⁸ Artigo 1 da lei que foi inicialmente proposta pela Câmara Municipal da Vila da Serra, e, posteriormente, aprovada pela Assembléia Provincial de Espírito Santo, em 11 de maio de 1849.

Os líderes insurgentes Elisiário, Carlos e João foram capturados na fazenda do irmão do padre, voltando a Queimado; a guerrilha, após novo confronto, prendeu João da Viúva e Chico Prego. Presas as principais lideranças, a ação da guerrilha conseguiu capturar, dos trezentos cativos que participaram da insurreição, um total de trinta e seis insurgentes, que foram entregues à ação da justiça civil (ROSA, 1979).

Em 4 de abril de 1849, o editor do jornal *Correio da Vitória* assim noticiava a conquista:

Em nome de toda a província cordialmente agradecemos ao Ex. Sr. Antônio Joaquim Siqueira assinalado serviço que nos prestou! (...) Lamentamos a sorte dos fazendeiros, cujos escravos se insurgirão; porém a providência está livre. Quando acabávamos de traçar estas linhas, o Sr. Dr. chefe de polícia trazendo a satisfatória notícia de estar quase tudo acabado: vieram mais treze insurgidos, que pagarão pelo seu crime, o resto concentrou-se nas matas, e como a presidência não dorme, nem é incrédula, não lhes dará quartel (Fonte: APEES, 1849).

Mesmo após o sucesso na captura das lideranças, a expedição continuou suas incursões na região, à busca de escravos que participaram da insurreição e que continuavam evadidos de seus donos e da justiça. No final do mês de maio, o juiz municipal, Dr. José de Melo e Carvalho, convocou o júri para uma reunião extraordinária para instalação do tribunal para o julgamento dos insurgentes. O tribunal foi presidido pelo juiz Dr. Accioli de Vasconcelos, tendo, como escrivão, o Sr. Manoel Gonçalves de Araújo, como promotor, o Sr. Manoel Moraes Coutinho, e como advogado de defesa, o padre João Clímaco de Alvarenga Rangel.

A defesa alegou inocência dos escravos, afirmando que o único culpado pelo ocorrido era frei Gregório Maria de Bene (que, nessa altura dos acontecimentos, já havia sido afastado da freguesia, e nem se encontrava mais na província), que havia feito a promessa da alforria para os escravos que trabalharam na obra da igreja de São José. O *Correio da Vitória*, em 6 de junho de 1849, assim noticia o fato:

Reuniu-se no dia 31 do mês passado no paço da câmara municipal desta capital o júri extraordinário, convocado para julgar o processo instaurado contra escravos, que se insurgirão na freguesia do Queimado no dia 19 de março pretérito e tendo-se conservado em sessão permanente até o dia 2 do corrente às 10 horas da manhã, sentenciou-se cinco à pena última, como cabeças, vinte e cinco à açoites e seis foram absolvidos. Faltaram ser julgados quatro que ainda permanecem foragidos [...] (Fonte: APEES, 1849).

Com o sumiço do processo, os acontecimentos no tribunal, bem como a fala dos envolvidos, se perderam, mas, através da divulgação no jornal da época, podemos acompanhar o desfecho dos acontecimentos. Com a promulgação da sentença, os insurgentes aguardaram, na cadeia local, a execução da pena. Porém, no dia 7 de dezembro de 1849, cinco dos condenados fugiram da cadeia; desses, três eram insurgentes condenados à forca, a saber: Elisiário, Carlos e João, todos escravos dos irmãos Alvarenga.

No mês de janeiro de 1850, cumpriu-se a sentença: Chico Prego foi executado, na Serra, e João da Viúva foi enforcado, na Freguesia do Queimado. Da insurreição ficou a luta pela conquista da liberdade, representada pela conquista da carta de alforria, que poderia ter mudado, pelo menos para aqueles homens, os seus destinos.

CAPÍTULO IV

4-1- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2008, comemora-se 159 anos da Insurreição do Queimado; a data é sempre lembrada como um marco referencial de luta dos negros contra a escravidão, visto que é um acontecimento que marca o século XIX. Teve, no período referente, repercussões sociais e políticas. A rebelião ganhou grande repercussão em todas as instâncias da administração da então província capixaba, que se utilizou de meios repressivos para esmagar a revolta.

A dimensão que tomou o movimento está aliada ao fato de que poucas foram as revoltas e as insurreições escravas, na província do Espírito Santo, no século XIX, bem como ao fato do número considerável de escravos que dela tomaram parte. Tudo isso fez da insurreição escrava, na freguesia do Queimado, a mais importante ocorrida na província do Espírito Santo, no século XIX.

A história da insurreição faz parte de um processo maior, que se configura na luta dos trabalhadores negros escravizados em busca de liberdade, no século XIX, na província do Espírito Santo. Podemos verificar através das poucas fontes, porém preciosas, que a insurreição não é um fato isolado, e deve ser pensada junto a um conjunto de iniciativas dos cativos em busca de espaços de liberdade. Não podemos afirmar que, no século XIX, houve um clima de revolução escrava na província; contudo, podemos considerar que, junto às fugas, à formação de quilombos e às poucas revoltas coletivas, a insurreição do Queimado constitui-se em uma janela por onde se pode ver parte da história da escravidão e da província, naquele período.

O olhar construído durante essa narrativa é fruto de uma abordagem histórica que privilegia o destoante e o contraditório. A liberdade pretendida através da carta de alforria mobilizou cerca de trezentos cativos, a envolver a população local e as autoridades em uma guerra, que teve a duração de três dias. Mesmo com a condenação dos seus participantes, Queimado passou a representar a expressão máxima, na história do Espírito Santo, da luta empreendida pelos escravos na busca pela libertação.

A insurreição do Queimado, ao longo dos anos, tornou-se um evento comemorado pelo movimento social negro, em escolas, e pelo Estado, que vem criando formas de preservar o patrimônio histórico da insurreição, como o tombamento do local, assim

como a criação do Parque Histórico do Queimado. Uma estátua de Chico Prego foi erigida no centro da Serra, no local onde este foi enforcado; além disso, tem-se a lei municipal de incentivo à cultura, que leva o nome do líder insurgente. Deste modo, a insurreição se conserva como um evento histórico dos mais importantes da história recente do Espírito Santo.

4-2 – REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

1. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 26 de março de 1849, n. 20, p. 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
2. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 28 de março de 1849, n. 21, p. 01, 03 e 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
3. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 04 de abril de 1849, n. 23, p. 03 e 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
4. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 07 de abril de 1849, n. 24, p. 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
5. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 11 de abril de 1849, n. 25, p. 02 e 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
6. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 18 de abril de 1849, n. 27, p. 03 e 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
7. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 21 de abril de 1849, n. 28, p. 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
8. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 25 de abril de 1849, n. 29, p. 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
9. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 02 de maio de 1849, n. 31, p. 02 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
10. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 12 de maio de 1849, n. 34, p. 02 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
11. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 06 de junho de 1849, n. 41, p. 03 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
12. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 25 de julho de 1849, n. 55, p. 03 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
13. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 19 de setembro de 1849, n. 71, p. 01 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
14. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 26 de setembro de 1849, n. 73, p. 01 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
15. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 08 de dezembro de 1849, n. 94, p. 02 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
16. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 09 de janeiro de 1850, n. 03, p. 01 e 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
17. *Correio da Victoria*, quarta-feira, 16 de janeiro de 1850, n. 05, p. 04 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.

18. DAEMON, Bazilio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta historia chronologica, synopsis e estatística*. Victoria: Typographia do Espírito Santense, 1879.
19. Lei de nº 10 de 11 de maio de 1849, que instituiu uma legislação sobre o trânsito de escravos da Província do Espírito Santo – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES
20. Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo José Lopes Silva, em 28 de agosto de 1842 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
21. Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo Luiz Pedreira do Couto Ferraz, em 01 de março de 1848 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
22. Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, em 01 de agosto de 1848 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
23. Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo Antônio Pereira Pinto, em 30 de novembro de 1848 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
24. Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo Antônio Joaquim Siqueira, em 11 de março de 1849 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
25. Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo Felipe José Pereira Leal, em 25 de julho de 1850 – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES.
26. ROSA, Afonso Cláudio de Alvarenga. *Insurreição do Queimado: episódio da história da província do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/FCAA, 1979.

FONTES ICONOGRÁFICAS

1. Mapa 2 - Barra e Baía do Espírito Santo, com a Ilha de Vitória, de João Teixeira Albernaz. Arquivo: Biblioteca Itamaraty, Rio de Janeiro.
2. Planta da baía do Espírito Santo e de suas proximidades, do Códice Quinhentista de Luis Teixeira. Arquivo: Biblioteca da Ajuda, Portugal.
3. Planta da Vila de Vitória, em 1764. Fonte: Carta Geográfica impressa no século XIX. Arquivo: Biblioteca Itamaraty, Rio de Janeiro.
4. Igreja de São José do Queimado, em 1945. Fonte: Revista Vida Capixaba, nº. 625, 1945 – APES.

BIBLIOGRAFIA

1. ASSIS, Francisco Eugênio de. **Levante dos Escravos no Distrito de São José do Queimado**. Serra, 1948.

2. ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e Transição: o Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
3. _____. **Estudos sobre a Estrutura Agrária e Cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC / UFES, 1993.
4. BARROS, Paulo de. **Memória Fotográfica da Serra: imagens de um município brasileiro**. Vitória: Edição do autor, 2002.
5. BASTOS & CARVALHO, Fabíola Martins e Enaile Flauzina. **Negócios, Fortunas e Sociabilidades: inventários post mortem e imprensa capixaba nos anos de 1800 e 1860**. Revista *Ágora*, nº 5, Vitória, 2007, p. 1-16.
6. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, vol. 5, p. 300.
7. BIARD & CARVALHO, Auguste François e José Augusto. **Viagem a Província do Espírito Santo**. Vitória: Aracruz Celulose: Fundação Jonice Tristão, 1991.
8. BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo (1835-1889)**, volumes I e II. Vitória: Gráfica Leoprint, 1984.
9. BISPO & CARDOSO, Suely e Lavínia Coutinho. **A Cultura Negra no Brasil: um novo sentido para colonização**. Vitória: Dept.º de História / UFES, Monografia de Graduação, 1993.
10. BITTENCOURT, Gabriel. **A Formação Econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho as grandes indústrias (1535-1980)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1987.
11. BONICENHA, JUNIOR & SOARES. Wallace, Carlos Benevides Lima e Suely Carvalho. **Baía de Vitória: aspectos históricos e culturais**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo / Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.
12. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
13. CAIRUS, José Antônio Teófilo. **Jihad, Cativo e Redenção: escravidão, resistência e imandade, Sudão Central e Bahia, 1835**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002.
14. CAMPIGOTO, José Antônio. Interpretação de Textos, História e de Intérprete. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPHU, nº 46, 2003.
15. CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas Barras dos Tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2003.
16. _____. Abolicionistas, Negros e Escravidão In: **Dimensões - Revista de História da UFES**. Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº 10, 2002.
17. CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
18. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.
19. _____. **Teatro de Sombras: a elite política imperial**, São Paulo: Vértice, 1988.
20. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

21. CLAUDIO, Afonso. **História da Propaganda Republicana**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.
22. COGÔ, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. Tese de doutorado. São Paulo: USP / PPGHE, 2007.
23. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1978.
24. VIOTTI, Emilia. **Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara, em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
25. DEMONER, Sonia Maria. **A Presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo – Século XIX –**. Vitória / ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 1983.
26. FENELON, MACIEL, ALMEIDA & KHOURY, Déa Ribeiro, Laura Antunes, Paulo Roberto de e Yara Aun (Org's). **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Ed. Olho d'água, 2000.
27. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 21ª ed., 1981.
28. GENOVESE, Eugene. **Da Rebelião à Revolução**. São Paulo: Global, 1983.
29. GÓES, José Roberto Pinto. **A segunda derrota dos escravos de São José do Queimado**. Disponível no site: <http://www.no.com.br>, acessado no dia 2 de janeiro de 2006.
30. GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.
31. GOMES & REIS, Flávio dos Santos e João José (org's.). **Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
32. GOMES, Flávio dos Santos. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.
33. _____. **História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
34. _____. **Negros e Política: 1888-1937**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
35. GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.
36. KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
37. LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750- 1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
38. LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.
39. LINHARES & SALETTO. Maria Yedda Leite e Nara. **Considerações sobre a transição do trabalho escravo livre, na economia cafeeira do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1985.

40. MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.
41. MACIEL, Cleber da Silva. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, Secretaria de Produção e Difusão Cultural / UFES, 1994.
42. MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Brasil do escravista — Século XIX**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
43. MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
44. MARTINS, Robson. Atos dignos de louvor: Imprensa, Alforrias e Abolição no Sul do Espírito Santo, 1885-1888 In: **Revista Afro-Ásia**, nº 27, Bahia, 2002, 193-221 p.
45. _____. Em louvor a “Sant’Anna”: notas sobre um plano de revolta escrava em São Mateus, norte do Espírito Santo, em 1884 In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 1999.
46. MERLO, Patrícia da Silva. **Sob a sombra da escravidão: família escrava**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, 2003.
47. _____. Insurreições escravas em Vitória (ES), séc. XIX: algumas considerações. **Dimensões** – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº16, 2004, p. 141 – 148.
48. _____. Nas margens do Império: pobreza urbana e escravidão em Vitória. 1800/1830. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (org.). **Sociedade e pobreza**. Vitória: UFES, PPGHIS, 2006.
49. _____. Estudo sobre e família escrava em Vitória / ES, 1800-1830. Artigo disponível no site: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/PATRICIA%20MARIA%20DA%20SILVA%20MERLO.pdf>. Acessado no dia 14 de agosto de 2007.
50. MERCURE & SPURK. Daniel e Jan (orgs.). **O Trabalho na História do Pensamento Ocidental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
51. MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
52. NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
53. NOVAES, Maria Stella de. **A escravidão e a abolição no Espírito Santo: história e foldore**. Vitória, 1963.
54. _____. **História do Espírito Santo**. Vitória, 1969.
55. PENHA, Vera Maria da. Queimado: o malogro. In: **Dimensões** - Revista de História da UFES. Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº10, 2002.
56. REICHEL, Heloisa Jochims. Relatos de viagem como fonte histórica para estudo de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX). In: **História e Literatura: perspectivas e convergências**. Bauru: EDUSC, 1999.

57. RESENDE, Wilson Lopes de. **A insurreição de 1849 na província do Espírito Santo**. Cachoeiro de Itapemirim, 1949.
58. REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
59. ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847- 1896**. Vitória, 2000.
60. RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 5ªed. 1997.
61. SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo: 1188-1930**. Vitória: Edufes, 1996.
62. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
63. SANTOS, Estilaque Ferreira dos. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial In: BITTENCOURT, Gabriel (org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: EDIT, 2002, p. 155-190.
64. SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 288.
65. SOARES, Geraldo Antônio. Quando os escravos fugiam: província do Espírito Santo, últimas décadas da escravidão. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, PUCRS, vol. XXIX, n.1, 2003, p. 53-72.
66. _____. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 26, 2006, p. 79-114.
67. _____. Cotidiano, Sociabilidade e Conflito em Vitória no final do século XIX. **Revista de História**, Vitória, v. 16, 2004, p. 57-80.
68. SOARES, Mariza de Carvalho Soares. **Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
69. SILVA & REIS, Eduardo e João José dos. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
70. SCHAWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
71. TILLY, Charles. **The Rebellious Century (1830 – 1930)**. Massachusetts: Harvard University Press, 1975.
72. VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.
73. VEYNE. Paul. **Como Escrevemos a História**. Brasília: UNB. 1999.
74. ZIMMERMANN, Ekkart. Macropesquisa Comparativa sobre o Protesto Político. In: GURR, Ted Robert. **Manual do Conflito Político**. Brasília: Editora da UNB, 1985, p. 195-269.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)